



Sumário

Mensagem do Controlador Indireto-ELETROBRAS	2
Nosso Negócio	5
Composição Acionária.....	5
Governança Corporativa	7
Destaques 2024	8
Desempenho da Companhia.....	9
• Operacional.....	9
• Financeiro.....	10
Responsabilidade Social e Ambiental.....	13
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D.....	14
Demais assuntos.....	14

Mensagem do Controlador Indireto- ELETROBRAS

O ano de 2024 marcou um avanço decisivo na transformação cultural da Eletrobras, consolidando uma nova forma de operar: mais eficiente, integrada e focada no cliente. Cada movimento estratégico realizado ao longo desse ciclo reforça o compromisso da companhia com a segurança, a excelência operacional e a geração de valor para seus acionistas e para toda a sociedade.

A incorporação de Furnas foi mais um marco importante nessa direção com a simplificação da estrutura corporativa e societária. A gestão unificada contribui para trazer mais celeridade e eficiência ao processo decisório, tornando a Eletrobras uma empresa mais dinâmica e competitiva.

Em 2024, vimos importantes mudanças no setor de energia e na Companhia. Após 2 anos e meio com o preço spot (PLD - preço de liquidação de diferenças) próximo ao piso, vimos o PLD atingir patamares elevados no segundo semestre, atingindo um preço médio de R\$ 480/MWh em outubro. Na nossa visão, essa mudança de preço reflete o ambiente atual mais volátil, devido à grande inserção de fontes renováveis intermitentes nos últimos anos, tendência que deve se intensificar no futuro.

Nesse cenário, a comercialização de energia no ambiente de mercado livre ganhou tração, com cerca de 27 mil consumidores migrando para essa modalidade em 2024. Continuamos avançando na estruturação da área de comercialização, que agora possui um time dedicado, atuando de forma integrada e orientada ao mercado com processos robustos. Destaque para a fixação de limites de exposição de crédito e modelos de previsão do preço da energia. A Eletrobras agora é uma companhia voltada ao cliente, que desenvolve soluções adaptadas às suas demandas e alinha processos para ampliar constantemente a sua base.

Recuperamos a capacidade de investimentos da Eletrobras com foco em resiliência e eficiência operacional. Estamos investindo na modernização das usinas hidrelétricas e nos reforços e melhorias de nossas linhas de transmissão, que trazem resiliência e aumentam a robustez dos nossos ativos contribuindo com a segurança energética do país. Em 2024, investimos R\$ 7,7 bilhões, sendo R\$ 1,1 bilhão no parque eólico de Coxilha Negra, que terá capacidade de 302 MW. O foco em ampliar a infraestrutura de transmissão ficou evidenciado com a participação no leilão 01/2024 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), onde arrematamos quatro lotes com investimentos estimados de R\$ 5,6 bilhões. Isso reforça o posicionamento da Eletrobras como protagonista no desenvolvimento do setor.

Destaque para os investimentos que estamos realizando em projetos relevantes, como as obras de revitalização do sistema de transmissão em corrente contínua de alta tensão - HVDC (high voltage direct current) de Itaipu com investimentos estimados em R\$ 1,9 bilhão e na Transnorte Energia – TNE, linha de transmissão 500 kV, integrando Manaus a Boa Vista e integrando o Estado de Roraima ao Sistema Interligado Nacional (SIN), com investimentos previstos de R\$ 3,3 bilhões.

Estamos também investindo na inovação da gestão dos nossos ativos. Criamos o centro de inteligência meteorológica (ATMOS), que usa inteligência artificial nos modelos de previsão de eventos extremos ajudando a aumentar a prontidão e a segurança de nossas operações. Outra inovação é o novo centro de monitoramento de ativos que usa sensores (IoT) e aplicações digitais (digital twin + BIM e realidade virtual) para monitorar mais de 87.000 ativos.

Tivemos avanços significativos no processo de simplificação e otimização da estrutura societária. A gestão de nossas participações tem como objetivo melhorar a governança e a rentabilidade do nosso portfólio de ativos. Isso fica claro com a conclusão da venda de participações minoritárias, como em Chapada do Piauí I e II; a oferta pública de parte das ações que detínhamos da Isa Energia Brasil S.A.; e a aquisição da participação em Vale São Bartolomeu Transmissora de Energia. Além disso, assinamos a operação de troca de ativos com a Companhia Paranaense de Energia (Copel),

envolvendo a UHE Colíder. Seguiremos firmes com a estratégia de descruzamento de ativos, visando a otimização de participações minoritárias, a melhoria da alocação de capital e a simplificação da nossa estrutura societária.

Reformulamos a gestão financeira da companhia com diversificação das fontes de captação, ampliação e adequação dos vencimentos das dívidas e completa revisão e padronização dos instrumentos financeiros. O ano de 2024 foi marcado por importantes operações financeiras, através da captação de recursos de cerca de R\$ 32 bilhões¹ no mercado local, internacional e agências de fomento à exportação. Encerramos o ano com uma elevada liquidez que nos deixa numa posição confortável para enfrentar eventuais incertezas nos mercados.

Destaque para a primeira emissão dos títulos (bonds) realizada pela Eletrobras após sua privatização, de US\$ 750 milhões com vencimento em 2035 e pela contratação de financiamento no montante de US\$ 400 milhões, com garantia da Agência de Crédito à Exportação da Itália – Servizi Assicurativi Del Commercio Estero SPA (SACE), sendo a primeira captação com o apoio de uma agência internacional de crédito à exportação.

Nos preparamos hoje para os desafios do futuro. Em suprimentos, estabelecemos diretrizes e adotamos uma nova abordagem de relacionamento com fornecedores e parceiros, visando criar relações de longo prazo. Essas parcerias são essenciais para mitigar eventuais riscos na cadeia de suprimentos, especialmente em um momento de aumento expressivo nos investimentos de transmissão ao redor do mundo. Promovemos a otimização e padronização do processo de compras em todas as empresas, o que, aliado à transformação digital da área de suprimentos, torna a nossa atuação mais ágil, transparente, segura e eficiente na aquisição de materiais, bens e serviços.

Nosso compromisso com a eficiência também se refletiu na gestão de pessoas, com avanços significativos. Com a aprovação do acordo coletivo de trabalho em todas as bases do Brasil, os nossos profissionais estarão abrangidos por um acordo coletivo de trabalho unificado. Lançamos o Programa de Desligamento Consensual, promovendo uma abordagem responsável de transição de carreira, respeitando o diálogo com os colaboradores e os acordos sindicais. A remuneração dos profissionais está agora vinculada ao desempenho da empresa e os salários estão alinhados ao mercado.

No aspecto da governança, criamos o Comitê de Sustentabilidade para assessorar o Conselho de Administração, contribuindo para a otimização de nossas estratégias para um desenvolvimento sustentável e a geração de valor para a sociedade e o meio ambiente.

Vale destacar que pelo segundo ano consecutivo, a Eletrobras integrou a carteira do índice de diversidade – IDIVERSA da B3, um dos principais indicadores de diversidade e inclusão do mercado de capitais brasileiro. A manutenção nesse índice reafirma nosso compromisso na adoção das melhores práticas em questões ambientais, sociais e de governança corporativa.

Sob esse prisma, expandimos nossas parcerias com a assinatura de memorandos de entendimento que envolvem a pesquisa e o desenvolvimento comercial de hidrogênio verde, por exemplo. Nosso compromisso de zerar as emissões líquidas em 2030 foi validado pelo Science Based Targets Initiative. Um passo importante nessa direção foi a venda do complexo termoeletrico de Candiota, o último ativo a carvão do nosso portfólio, em uma operação que contribuiu significativamente para a agenda de descarbonização — eliminando cerca de um terço das emissões totais da empresa. Com essa mesma visão, assinamos acordos para a alienação de todo o portfólio termoeletrico remanescente.

Quando olhamos para o mercado de energia, estamos presenciando um novo panorama, com forte crescimento das fontes renováveis intermitentes, que hoje já representam cerca de 36% da matriz energética brasileira. A menor representatividade dos reservatórios hidrelétricos em relação à

¹ Inclui a captação de R\$ 1,95 bilhão com a TNE.

demanda total, associada com as cada vez mais frequentes onda de calor, aumentam a necessidade de outras fontes despacháveis, como as térmicas e isso se traduz numa maior volatilidade de preço de energia. Essa volatilidade de preço se mostra mais presente desde o segundo semestre de 2024.

No início de 2025, também observamos relevantes variações de preço, mesmo com cenário hidrológico favorável até fevereiro e nível dos reservatórios elevado. Os contratos futuros no mercado livre de energia, em especial em horizontes de prazo mais curtos começam a refletir uma reprecificação estrutural. Entendemos que o setor e os agentes de mercado passam por um processo de amadurecimento e melhor compreensão das mudanças observadas na matriz e pelo desenvolvimento de novas tecnologias, o que resulta em ajustes de estratégias e consideração de aspectos até então pouco relevantes, como curtailment, modulação e diferenças de preço entre submercados.

A Eletrobras entende que a melhor geração de valor para seus acionistas no tempo é manter uma flexibilidade financeira que permita a empresa maximizar sua estratégia comercial. Com base na execução dessa estratégia e após investir no aumento da resiliência e eficiência dos ativos, mantendo uma gestão financeira prudente, a Companhia teria condições de alocar de forma ótima e equilibrada o seu capital entre acionistas e opções de crescimento.

Nesse contexto, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de R\$ 4 bilhões em dividendos, referente a 41% do resultado do exercício de 2024. Esses dividendos equivalem a 60% do lucro líquido regulatório e é a maior distribuição de dividendos aos acionistas da história.

Encerramos o ano com a convicção de que as medidas adotadas não apenas fortalecem os alicerces da Eletrobras, como também posicionam a companhia de forma mais competitiva para o futuro. Temos a satisfação de ver que, a cada dia que trabalhamos, encontramos uma empresa melhor no dia seguinte. Seguimos avançando com um modelo de gestão focado na segurança, no cliente, na excelência e na criação de valor para nossos acionistas.

Agradecemos o apoio, a dedicação e o esforço dos nossos colaboradores que seguem firmes na jornada de transformar a Eletrobras em uma empresa cada vez mais inovadora, eficiente e que gera resultados sustentáveis.

Vicente Falconi

Presidente do Conselho de Administração
da Eletrobras

Ivan Monteiro

Presidente da Eletrobras

Nosso Negócio

A Santo Antônio Energia (“Companhia” ou “SAESA”) é a concessionária responsável pela implantação e exploração da Hidrelétrica Santo Antônio, está localizada no rio Madeira, em Porto Velho, estado de Rondônia.

Com 50 unidades geradoras em operação comercial e capacidade instalada de 3.568 MW e 2.313 MWh de garantia física ao fim de 2024, a UHE Santo Antônio destaca-se pela utilização de turbinas do tipo “Bulbo” – que operam em rios de baixa queda e grande vazão de água, como barragem a fio d’água.

A construção da UHE foi iniciada no segundo semestre de 2008, com a entrada da primeira unidade geradora em operação comercial em março de 2012, nove meses antes do previsto em seu Contrato de Concessão, que inicialmente tinha duração de 35 anos a partir de sua assinatura, efetuada em 13 de junho de 2008. Em 2021, com a aplicação da Lei 14.052/2020, a vigência da concessão foi ampliada em 4 anos e 4 meses, passando para 17 de outubro de 2047.

Em fase de geração plena, com todas as unidades em operação comercial desde janeiro de 2017, a hidrelétrica produz energia de fonte limpa e renovável, com índices de rendimento comprovados perante o Poder Concedente, suficiente para o consumo de mais de 45 milhões de brasileiros.

A UHE Santo Antônio está conectada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) por meio de duas linhas de transmissão em alta tensão (525 kV) e corrente contínua, além de ter outra linha de 230kV construída para atender ao consumo exclusivo dos estados de Rondônia e Acre. Com extensão de 2.400km, as mais longas do mundo, essas linhas ligam a subestação conversora construída na cidade de Porto Velho, em Rondônia, à subestação de Araraquara, no estado de São Paulo, atravessando cinco estados e 90 municípios.

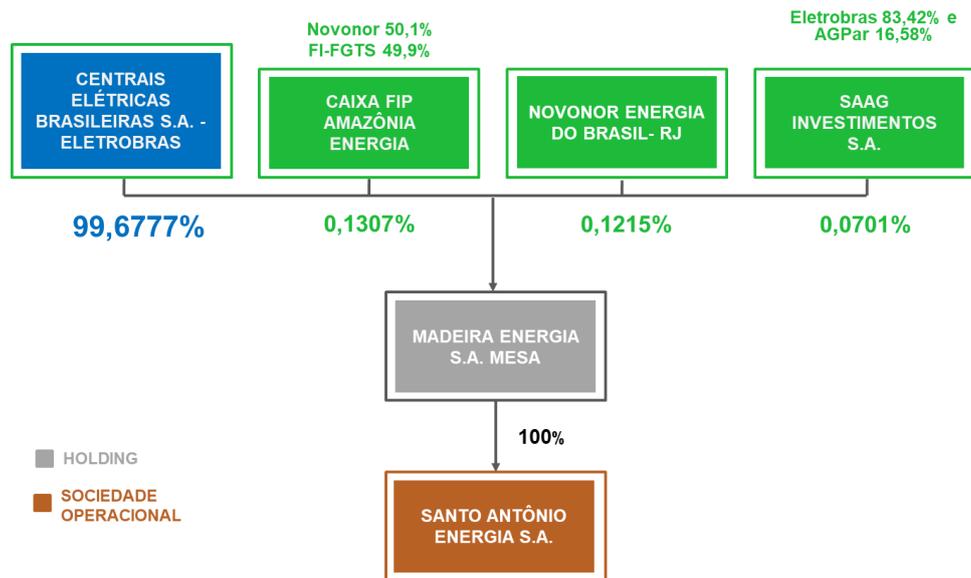
Composição Acionária

A Santo Antônio Energia é controlada pela Madeira Energia S.A. – MESA (“Controladora” ou “MESA”), que detém 100% do seu capital total.

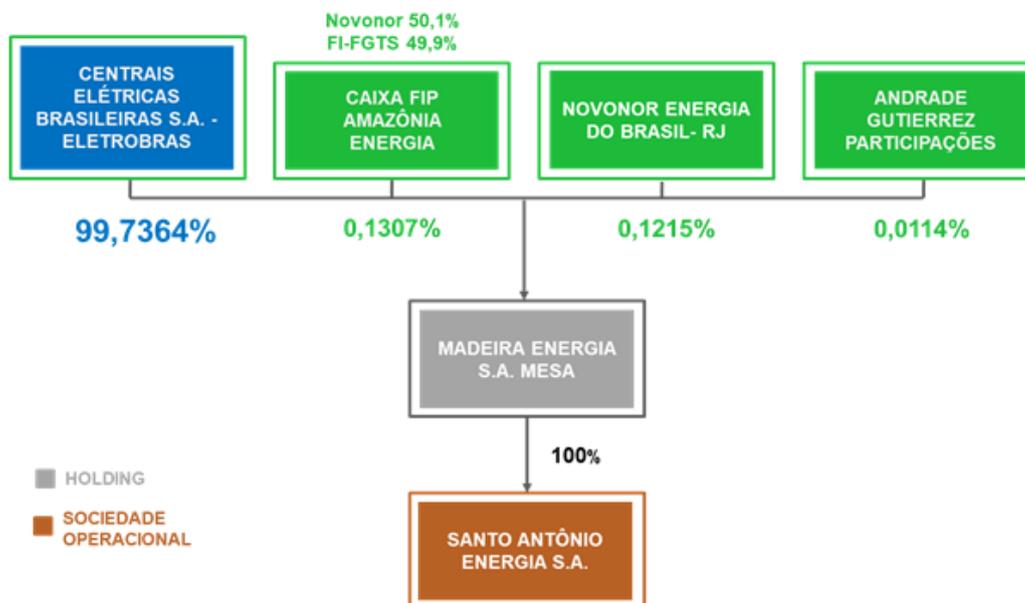
Em 2023, foi realizada uma grande reestruturação da dívida da Companhia, na qual a Eletrobras, então Furnas, aportou R\$ 13.547 milhões na MESA, passando a deter de forma direta e indireta 99,73% de seu capital social.

Em dezembro de 2024, foi realizada redução de capital da MESA e da SAESA para absorção dos prejuízos acumulados até o exercício de 2023, passando o capital social da SAESA, totalmente subscrito e integralizado, a ser de R\$ 15.717 milhões, dividido em 1.801.134.793.836 ações ordinárias.

Composição acionária da SAESA em 31 de dezembro de 2024:



Em janeiro de 2025, foi aprovada a dissolução da SAAG Investimentos S.A., que detinha 0,701% do capital social da MESA, passando a Andrade Gutierrez Participações e Eletrobras a deterem as seguintes participações diretas, conforme quadro de composição acionária abaixo:



Governança Corporativa

A Santo Antônio Energia pauta sua atuação pela transparência nas relações, com metas claras de desempenho e compromissos assumidos com nossos investidores, clientes, Integrantes, fornecedores e a sociedade, de modo geral. De acordo com o Estatuto Social da Santo Antônio Energia, o Conselho de Administração é composto da seguinte forma:

Conselho de Administração

Mandato

Mandato unificado de um ano. Permite reeleição.

Composição

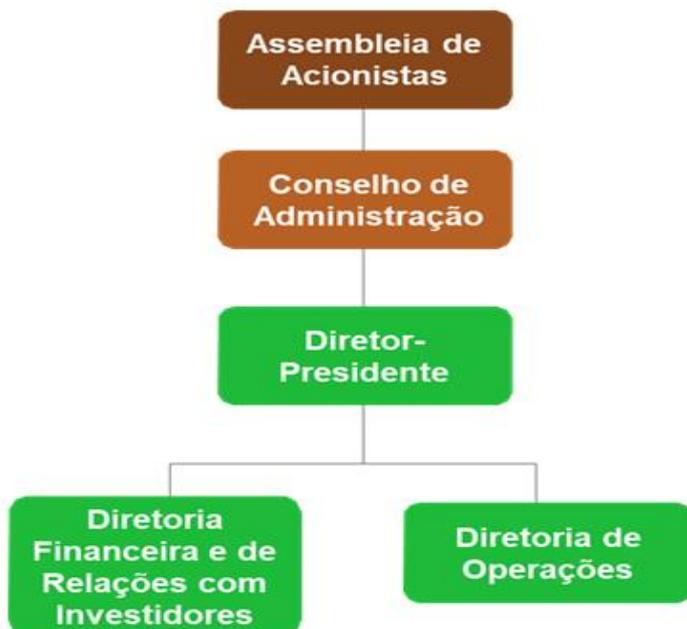
De 3 a 5 membros, sendo que atualmente é composto por 3 membros efetivos.

A Companhia possui um sistema de governança formal, com os seguintes instrumentos em vigor:

- Estatuto Social
- Política de Conflito de Interesses
- Código de Governança, sendo este último documento relativo à controladora MESA e aplicável, no que couber, à Santo Antônio Energia.

ESTRUTURA CORPORATIVA E GOVERNANÇA

A partir de 2024, a estrutura organizacional da SAESA se apresenta da seguinte maneira:



A Companhia conta, ainda, com um Portal de Governança, garantindo aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria maior transparência e facilidade no acesso às informações necessárias para um melhor desempenho de suas responsabilidades legais e estatutárias.

Diante da atual estrutura apresentada, a Santo Antônio Energia compromete-se a continuar aplicando e aperfeiçoando constantemente todos os procedimentos necessários para o atendimento das melhores práticas de Compliance e de Governança Corporativa em concordância com seu controlador.

Destaques 2024

Integração ao Programa de Compliance da Eletrobras

A partir de janeiro de 2024, mediante aprovação do Conselho de Administração, a Companhia passou a adotar o programa de Compliance da Eletrobras. Os procedimentos de integridade adotados pelas empresas Eletrobras estão previstos, principalmente, no Código de Conduta da Eletrobras, e Política de Compliance aprovada pelo Conselho de Administração. O conjunto normativo do programa passou por ampla revisão decorrente da nova estrutura da Eletrobras após o processo de desestatização e está em constante adaptação de melhorias e boas práticas de mercado.

Rating das debêntures

Em 08 de fevereiro de 2024, a agência de classificação de risco Fitch elevou os Ratings Nacionais de Longo Prazo de 'BBB- (bra)' para 'AAA(bra)'/Perspectiva Estável da 3ª emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em 02 Séries, para Distribuição Pública da Companhia ("3ª Emissão") e da 1ª Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 02 Séries, da Espécie com Garantia Real e com Garantias Adicionais da Companhia (1ª Emissão").

Em 28 de janeiro de 2025, referidos ratings foram reafirmados em 'AAA (bra) Rating Nacional de Longo Prazo'.

Incorporação do acionista controlador Furnas

Em 01 de julho de 2024, a Eletrobras passou a ser o acionista controlador indireto da Companhia (Controlador direto da MESA), em decorrência da incorporação de Furnas, ocorrida na mesma data.

Redução do capital social, absorção do prejuízo contábil acumulado

Em 18 de dezembro de 2024, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a redução do capital social da Companhia para absorção dos prejuízos acumulados registrados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 9.077 milhões, sem cancelamento de ações e sem alteração no patrimônio líquido, passando o capital social para R\$ 15.717 milhões.

A efetiva redução de capital e a consequente alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia ficaram condicionadas à anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, ocorrida em 27 de dezembro de 2024.

Desempenho da Companhia

• Operacional

O ano hidrológico de 2024 no rio Madeira, tal como 2023, foi desafiador, sendo marcado pela persistência do fenômeno climático El Niño, que se manteve com intensidade muito forte no período e exercendo relevante impacto na disponibilidade hídrica para a UHE. Como consequência, os índices pluviométricos pouco expressivos em toda bacia Amazônica, sobretudo na bacia do Madeira, e a consecutividade de um ano anterior já bastante seco, resultaram em vazões observadas bem abaixo da média ao longo do ano e com mínimos históricos registrados nos pontos de monitoramento. Destaca-se que neste ano (2024) foram observados no rio Madeira o menor nível e a menor vazão de toda a série histórica¹, com 19 cm e 1.716 m³/s respectivamente, registrados no posto hidrométrico localizado em Porto Velho (RO). O último registro de mínimo havia ocorrido justamente no ano anterior, 2023, com os valores de 109 cm e 2.433 m³/s neste mesmo posto.

As lições aprendidas e ações adotadas após o período seco crítico observado em 2023 possibilitaram a continuidade operacional da UHE Santo Antônio, mesmo com condições hidrológicas mais severas do que as observadas no ano anterior. Em 2023, a UHE, devido as baixas vazões e extrapolação dos limites operacionais, ficou totalmente paralisada durante 16 dias. Por sua vez em 2024, por meio de (i) estudos para ampliação dos limites operacionais das UGs de 5 pás, (ii) adequação do planejamento de manutenções e (iii) manobras operacionais para controle da queda na UHE foi possível permanecer operacional e garantir a disponibilidade parcial da usina, sendo fundamental para aprimorar a segurança eletroenergética em especial do Acre-Rondônia.

Apesar das condições adversas apontadas, a UHE Santo Antônio encerrou o ano com um ótimo desempenho operacional com redução da quantidade de falhas internas (desligamentos automáticos) em comparação ao ano anterior, passando de 39 para 35 - mantendo abaixo da referência de 1 (um) evento por UG. A geração de energia aumentou de 14.184 GWh em 2023 para 16.064 GWh em 2024 e foi possível aproveitar o período de baixas afluições para realizar diversas atividades de manutenção nos ativos de geração, sem impactos nos indicadores de disponibilidade da UHE. Como resultado, no ano a disponibilidade apurada da usina subiu de 97,914% para 99,140%, acima da disponibilidade de referência (94,768%), e com isso, o FID (Fator de Disponibilidade) foi elevado de 103,327% para 104,621%.

Em 2024 foram iniciadas na UHE Santo Antônio ações para aprimoramento de performance da usina e otimização dos custos operacionais, em linha com o planejamento estratégico adotado pela Eletrobras pós-privatização. Entre as adequações mais relevantes estão a (i) revisão da estrutura de O&M com o objetivo de promover a racionalização do quadro próprio, com a fusão de funções e áreas operacionais; (ii) avaliação e adequação dos contratos vigentes, visando a redução de custos por meio da integração de serviços em contratos similares; e, (iii) fortalecimento da área de manutenção preditiva com o intuito de iniciar a realização de intervenções para manutenção por condição e aumentar a disponibilidade dos ativos de geração.

¹ ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico

• Financeiro

Receita Operacional Líquida

A Companhia apresentou, no exercício de 2024, receita operacional líquida de R\$ 4.698 milhões, alta de 9,4% ou R\$ 404 milhões maior em relação ao mesmo período de 2023 (R\$ 4.294 milhões), devido ao reajuste das tarifas.

A garantia física foi comercializada em sua totalidade por meio de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL), conforme abertura a seguir:



Custos Operacionais

Os custos operacionais no exercício social de 2024 apresentaram um aumento de 10,4%, passando de R\$ 2.719 milhões para R\$ 3.001 milhões, principalmente pelas liquidações da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) no segundo semestre impactadas pela alta do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) e a piora do GSF (*Generation Scaling Factor*). Desconsiderando os gastos com a CCEE, os custos operacionais tiveram uma redução de aproximadamente 2%, quando comparados a 2023.

R\$ MM	4T24	4T23	Var %.	2024	2023	Var. %.
CCEE/Energia comprada	(496)	(321)	54,5%	(1.273)	(970)	31,2%
Encargos setoriais	(153)	(160)	-4,3%	(667)	(671)	-0,6%
Pessoal	(25)	(27)	-7,4%	(78)	(78)	-0,4%
Material	(5)	(9)	-44,4%	(19)	(32)	-40,6%
Depreciação e amortização	(202)	(200)	1,1%	(808)	(797)	1,4%
Serv. de terceiros/Outros	(54)	(68)	-20,7%	(156)	(171)	-8,7%
Total	(936)	(786)	19,1%	(3.001)	(2.719)	10,4%

Despesas Gerais e Administrativas

R\$ MM	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Pessoal	29	14	108,4%	82	36	127,9%
Serv. de terceiros	12	38	-68,2%	32	67	-52,0%
Seguros	-	-	0,0%	-	-	0,0%
Amortização e depreciação	1	-	0,0%	2	1	100,0%
Outros	49	8	512,5%	67	32	108,7%
Total	91	60	51,7%	183	136	34,6%

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido negativo passou de R\$ 2.230 milhões em 2023 para R\$ 605 milhões em 2024, em decorrência da assunção da dívida pela Eletrobras, realizada em novembro de 2023.

R\$ MM	4T24	4T23	Var. %.	2024	2023	Var. %.
Receitas financeiras	40	16	158,7%	127	74	70,8%
Receita de aplicações financeiras	41	17	141,2%	128	72	76,9%
Outras receitas financeiras	(1)	(2)	-50,0%	(2)	(2)	0,0%
Variações monetárias	-	1	-100,0%	1	4	-75,0%
Despesas financeiras	(179)	(443)	-59,6%	(732)	(2.304)	-68,3%
Juros de dívidas	(170)	(301)	-43,5%	(666)	(2.075)	-67,9%
Variações monetárias	(8)	(12)	-33,3%	(59)	(90)	-34,4%
Outras despesas financeiras	(1)	(130)	-99,2%	(6)	(139)	-95,4%
Resultado financeiro	(139)	(427)	-67,4%	(605)	(2.230)	-72,9%

EBITDA

No ano de 2024, o EBITDA da Companhia alcançou o montante de R\$ 2.325 milhões, 3,8% maior quando comparado com o mesmo período de 2023, devido aos reajustes dos contratos de venda de energia e de algumas reduções de custos.

R\$ MM	4T24	4T23	Var. %.	2024	2023	Var. %.
Lucro/Prejuízo líquido	141	2.392	-94,1%	780	1.666	-53,1%
(-) IR e CS	(32)	2.454	-101,3%	(130)	2.454	-105,3%
(-) Depreciação e amortização	(203)	(200)	1,5%	(810)	(797)	1,6%
(-) Resultado financeiro	(139)	(427)	-67,4%	(605)	(2.230)	-72,9%
EBITDA	515	565	-8,9%	2.325	2.240	3,8%

Resultado Líquido do Período

A Companhia registrou lucro de R\$ 780 milhões em 2024, lucro de R\$ 1.666 milhões em 2023. Vale ressaltar que em 2023 foi reconhecido ativo diferido no montante de R\$ 2.454 milhões, já em 2024 o lucro apresentado é operacional.

Capital Circulante Líquido

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou capital circulante líquido (CCL) positivo de R\$ 170 milhões (R\$ 344 milhões negativo, em 31 de dezembro de 2023).

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro o Patrimônio Líquido totalizou R\$ 16.348 milhões (R\$ 15.717 milhões em 31 de dezembro de 2023).

Perfil do Endividamento

O saldo correspondente à dívida da SAESA em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 5.912 milhões, conforme demonstrado no detalhamento por tipo de financiamento e por forma de indexação. O Custo Médio da dívida é de IPCA + 6,50%.

Origem	Custo	Dívida bruta	%	Venc.
FNO	8,5% Pré-fixado*	381	6,45%	dez-30
1ª Emissão debêntures		5.530	93,55%	-
1ª Série	IPCA + 6,5%	2.671	45,18%	out-37
2ª Série		2.859	48,37%	jun-38
Total		5.912	100,0%	



Covenants

A SAESA possui contrato de financiamento junto ao Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e Escritura de Debêntures da 1ª Emissão que possuem cláusulas restritivas. Além disso, apesar da Companhia não possuir mais dívidas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), linha de crédito BNDES FINEM, após assunção pela Eletrobras, os credores da SAESA continuam compartilhando determinadas garantias (Penhor de Ações e Cessão Fiduciária das Receitas da SAESA) com o BNDES FINEM, e, por ser um *Project Finance*, a Companhia mantém obrigações junto ao BNDES e aos bancos repassadores

No ano de 2024, a Companhia cumpriu adequadamente seus *covenants*, mantendo o acompanhamento integral deles por meio de sistema gestão eficiente e maior controle das obrigações. O sistema reforça a gestão e o controle das obrigações assumidas no Contrato de Financiamento do FNO e na Escritura de Debêntures da 1ª Emissão da SAESA.

Abaixo, quadro de *covenants* financeiros:

Covenants	2024	2023	Instrumentos
Dívida líquida / Patrimônio líquido < 3,5x			
Dívida líquida	4,1	5,5	FNO e 1ª Emissão de debêntures
Patrimônio líquido	16,3	15,7	
Apurado	0,3	0,4	
Patrimônio líquido / Ativo total >=25%			
Patrimônio líquido	16,3	15,7	FNO
Ativo total	24,0	23,7	
Apurado	69%	66%	
ICSD > 1,2x			
EBITDA	2.325	2.240	FNO e 1ª Emissões de debêntures
Serviço da dívida	993	1.808	
Apurado	2,3	1,2	

Responsabilidade Social e Ambiental

Desde a sua concepção, a Usina Hidrelétrica Santo Antônio foi projetada para alcançar a máxima eficiência com o mínimo impacto socioambiental, demandando soluções inovadoras em engenharia e tecnologia voltadas à geração de energia elétrica, de forma sustentável, na Amazônia. Com capacidade instalada para atender a 45 milhões de brasileiros, contribui para a redução da utilização da energia gerada pelas termoelétricas que configuram a principal fonte de emissão de gases de efeito estufa (GEE) do setor elétrico brasileiro.

Além dos compromissos legais e do licenciamento, a Santo Antônio Energia também atende, desde 2009, aos Princípios do Equador, um conjunto de critérios socioambientais referenciado nos Padrões de Desempenho sobre Sustentabilidade Ambiental e Social da *International Finance Corporation (IFC)*, aos quais os bancos financiadores do empreendimento são signatários.

Para assegurar o atendimento, as questões socioambientais são auditadas externamente por Consultoria Independente, que realiza verificações periódicas e recomenda as melhorias necessárias. Este monitoramento é desenvolvido há mais de dez anos e vem contribuindo de forma significativa, não apenas com a evolução dos temas socioambientais, mas também na Governança da empresa.

Comprometida com as boas práticas de mitigação de riscos socioambientais e compromissada com uma eficiente gestão de riscos, a Santo Antônio Energia, desde 2016, conta com o SGI (Sistema de Gestão Integrado) que aplica melhores práticas em processos nas áreas de meio ambiente, de saúde e segurança do trabalho, buscando a melhoria contínua dos processos relacionados a estes temas.

Devido à sua geração renovável, a UHE Santo Antônio desloca a geração de eletricidade por fontes fósseis (mais intensiva em carbono), reduzindo as emissões de gases de efeito estufa do Sistema Interligado Nacional (SIN). Por isso, a UHE Santo Antônio recebeu Carta de Aprovação do governo brasileiro, que confirma sua contribuição para o desenvolvimento sustentável do país e foi registrada na UNFCCC (*United Nations Framework Convention on Climate Change*) como projeto MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) em 28 de dezembro de 2012. Conforme o registro no MDL estima-se que a geração de energia da UHE Santo Antônio reduz 4.015.16 tCO₂e/ano

Em linha com a Agenda Global 2030, tendo Mudanças Climáticas como tema material para a Companhia, a Santo Antônio Energia é signatária da maior iniciativa universal de sustentabilidade empresarial: o Pacto Global das Nações Unidas sobre direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, priorizando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como destaque para o ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima.

Importante salientar a obtenção da renovação da Licença de Operação (LO) da Linha de Transmissão (LT) de 230kV em 28 de agosto de 2024.

Em 2024, a partir da matriz de materialidade dos indicadores de 2023 validadas pelo controlador, foi realizada a composição do Relatório de Sustentabilidade padrão Global Report Initiative (GRI) conjuntamente às empresas do grupo Eletrobras.

Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

A Santo Antônio Energia é a concessionária responsável pela implantação e operação de uma das maiores usinas hidrelétricas do país na Amazônia Legal. Pelo pioneirismo na implantação de um projeto inédito sob os aspectos ambientais e tecnológicos na fronteira do Amazonas, surgem enormes desafios para melhor exploração energética e correta gestão do meio ambiente. Assim, no âmbito do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da ANEEL, desponta um mundo de possibilidades de iniciativas para o desenvolvimento de projetos.

Por isso, a Santo Antônio Energia vai muito além de se enquadrar no rol das empresas que investem em P&D. A Companhia estimula uma gestão voltada para a inovação, alinhada à eficiência operacional das usinas hidrelétricas, crescimento e eficiência, abarcando cultura, pessoas e tecnologia. Acima de tudo, tem como linha mestra atuar com transparência junto à sociedade e aos seus públicos de relacionamento.

Demais assuntos

Gerenciamento de Riscos

A Santo Antônio Energia, através do seu controlador indireto Eletrobras, avalia o risco de seu portfólio de energia com periodicidade mínima mensal considerando resultados de projeções de preços e exposições ao GSF (*Generation Scaling Factor*), fator que degrada o valor da garantia física da UHE Santo Antônio. De forma diligente, é constituído previamente *hedgde* para proteção às exposições de preços e volumes nas liquidações da CCEE.

Segurança de Barragens

Após o marco histórico, para a Companhia e para a cidade de Porto Velho, alcançado no ano de 2023 com a operacionalização do Plano de Ação de Emergência (PAE) e que compreendeu três grandes etapas: cadastro das famílias na Zona de Autos Salvamento (ZAS), instalação das placas de orientação e alarmes sonoros, e realização de exercícios simulados de evacuação, mobilizando a população e os poderes públicos, no ano de 2024, a Companhia continuou a zelar pela segurança das pessoas e pelo cumprimento das obrigações legais da Política Nacional de Segurança de Barragens.

Ainda em 2024, a Companhia concluiu importante investimento na segurança, o projeto de automatização de aproximadamente 70 instrumentos que monitoram a segurança da barragem, permitindo o monitoramento remoto e em tempo real pela equipe técnica de Segurança de Barragens. Reforçando cultura de segurança e preventivista, no ano de 2024, cumpriu-se a rotina anual preparatória ao período do inverno amazônico, com a realização de simulado interno de acionamento do Plano de Ação de Emergência, envolvendo inclusive a Defesa Civil Municipal e Estadual.

Aprovação das Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições da Resolução nº 80/22 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Diretoria Estatutária da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, que foram apresentadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, em reuniões realizadas em 13 de março de 2025 e que serão oportunamente submetidas à deliberação em AGOE.

Aderência à Câmara de Arbitragem

De acordo com o artigo 26 do Estatuto Social da Santo Antônio Energia, a Companhia, seus acionistas, e administradores obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

Política de Distribuição de Dividendos

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o seu Estatuto Social, os acionistas farão jus a dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido da Companhia.

Em função de restrições previstas no contrato de financiamento do FNO e na escritura de debêntures da 1ª emissão nos quais a Companhia figura como devedora, a Santo Antônio Energia somente poderá distribuir os dividendos mínimos obrigatórios após a conclusão física e financeira do projeto. Além disso, somente poderá distribuir dividendos e/ou juros sobre capital próprio acima do mínimo obrigatório após a expressa autorização do Banco da Amazônia e da aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas ou após a liquidação total do financiamento e debêntures.

Remuneração aos acionistas

Pelas Demonstrações Financeiras Anuais completas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apurou Lucro Líquido de R\$ 780 milhões. Assim, a destinação dos resultados referentes ao exercício de 2024 e lucros acumulados foi proposta pela Administração, e se encontra descrita a seguir:

Destinação dos resultados de 2024

R\$ MM	2024
Saldo para destinação do exercício de 2024 (LL)	780
(-) Reserva legal	31
(-) Dividendos mínimos obrigatórios	149
(-) Reserva de incentivo fiscal	153
Subtotal a distribuir	447
(+) Lucros acumulados	-
(=) Saldo total a destinar	447
(-) Dividendos adicionais propostos	447
(=) Saldo a distribuir	-

Relacionamento com Auditores Independentes

De acordo com os termos do Estatuto Social da Santo Antônio Energia, cabe ao Conselho de Administração a escolha e a destituição dos auditores independentes.

A fim de evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos auditores externos independentes, a Santo Antônio Energia adota constantemente procedimentos, como consultar os referidos auditores para assegurar que a realização da prestação desses e de outros serviços não venha a afetar a sua independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente.

Santo Antônio
Energia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Santo Antônio Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santo Antônio Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Santo Antônio Energia S.A.

Porque é um PAA

Análise quanto a redução ao valor recuperável (*impairment*) do ativo imobilizado (nota 9)

O ativo imobilizado é composto principalmente, pelos custos de construção da usina de geração hidrelétrica, para os quais uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que seu valor contábil pode não ser recuperável.

A avaliação de recuperabilidade é realizada com base em projeções de fluxos de caixa futuros esperados da Companhia.

As projeções de fluxo de caixa foram preparadas com base na melhor estimativa da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos e consideram premissas relacionadas aos resultados das atividades de cada UGC, conforme aplicável, bem como outras premissas que subsidiam essas projeções como perspectivas econômicas brasileira, taxa de desconto, receitas e despesas projetadas.

Consideramos a avaliação do valor recuperável dos ativos imobilizados como um dos principais assuntos de auditoria em virtude da magnitude dos saldos e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade, que utilizam diferentes premissas que poderiam modificar significativamente os valores recuperáveis apurados.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos dos processos de mensuração do valor recuperável do ativo imobilizado da Companhia.

Avaliamos a razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, a coerência lógica e aritmética das projeções e envolvemos nossos especialistas em projeções financeiras para revisão da taxa de desconto e do modelo de fluxo de caixa descontado.

Avaliamos as principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, tais como perspectivas econômicas, receitas e despesas projetadas, conforme aplicável, bem como a coerência lógica e aritmética das projeções. Envolvemos nossos especialistas em projeções financeiras para revisão da taxa de desconto e do modelo de fluxo de caixa descontado.

Adicionalmente, comparamos as projeções anteriores com os resultados auferidos, bem como verificamos os registros contábeis relacionados com a constituição e/ou reversão de perdas do valor recuperável dos ativos. Efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas notas explicativas.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na mensuração do valor recuperável dos ativos são razoáveis e consistentes com os dados e informações obtidos em nossa auditoria.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 6)

A Companhia possui R\$ 4.480.436 mil em imposto de renda e contribuição social diferidos ativos em 31 de dezembro de 2024,

Como resposta de auditoria, obtivemos entendimento do processo de revisão do plano de negócios que é utilizado para a análise da



Santo Antônio Energia S.A.

Porque é um PAA

substancialmente oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, além de diferenças temporárias entre as bases fiscal e contábil. Esses créditos foram registrados na medida em que a administração considera que gerará lucros tributáveis futuros suficientes para a sua utilização.

Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois a análise de realização destes ativos envolve julgamentos importantes e subjetivos para determinar as bases tributárias futuras, advindas das projeções de resultado da Companhia, que levam em consideração diversas premissas, dentre as quais, os contratos de venda de energia firmados com clientes, além de custo operacionais e financeiros da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Em relação ao modelo e premissas utilizados pela administração na preparação das projeções do fluxo de caixa futuro, base para a expectativa de geração de lucros tributáveis, efetuamos reuniões com a administração para entendimento do modelo e comparamos as principais premissas com informações disponíveis no mercado, tais como os contratos de venda de energia firmados com clientes, custos operacionais e financeiros da Companhia.

Analisamos a razoabilidade do prazo de utilização dos prejuízos acumulados ao longo dos exercícios futuros, bem como discutimos as premissas utilizadas pela administração nas suas projeções. Testamos a coerência lógica e aritmética dos cálculos apresentados nas projeções, efetuamos testes de sensibilidade para as principais premissas das projeções.

Adicionalmente, analisamos a consistência dessas estimativas de realização em relação aos utilizados nos exercícios anteriores e efetuamos leitura das divulgações em notas explicativas. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração da Companhia para a determinação dos créditos tributários, bem como as divulgações efetuadas, são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Santo Antônio Energia S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



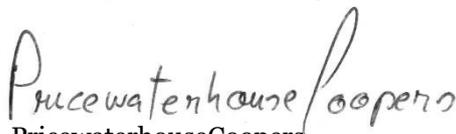
Santo Antônio Energia S.A.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2025


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by:
Adriano Formosinho Correia
Signed by: ADRIANO FORMOSINHO CORREIA/7827852554
CIP: 7827852554
Signing Time: 13 March 2025 12:47 BRT
© ICP-Brasil. OU: Secretário da Receita Federal do Brasil - RFB
C-SEI
Issuer: AC SERASA RFB/04


Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Balço Patrimonial
em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023**

Em milhares de Reais

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.191.864	355.171	Fornecedores	11	229.417	251.252
Clientes	5	530.891	546.977	Obrigações com pessoal		20.524	23.449
Imposto de renda e contribuição social	6	10.932	24.049	Empréstimos e financiamentos	12.1	60.032	54.635
Almoxarifado		88.843	93.257	Debêntures	12.2	1.091.601	650.316
Despesas pagas antecipadamente		26.544	35.658	Impostos e contribuições		66.413	70.648
Caixa restrito	7	26.901	125.181	Imposto de renda e contribuição social	6	6.865	-
Outros ativos	8	68.690	94.599	Adiantamentos		41.542	42.872
Total do ativo circulante		1.944.665	1.274.892	Encargos setoriais		104.844	72.118
				Concessões a pagar		30.727	29.210
				Provisões socioambientais	13	55.368	143.225
				Provisões para litígios	14	-	233.542
				Outros passivos	15	67.531	47.560
				Total do passivo circulante		1.774.864	1.618.827
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social	6	4.480.436	4.544.631	Fornecedores	11	7.697	5.413
Caixa restrito	7	563.708	214.422	Empréstimos e financiamentos	12.1	320.979	378.897
Despesas pagas antecipadamente		296	9.969	Debêntures	12.2	4.438.108	5.153.327
Outros ativos	8	125.791	17.082	Impostos e contribuições		-	29.663
		5.170.231	4.786.104	Adiantamentos		45.070	86.612
				Encargos setoriais		15.358	30.307
				Concessões a pagar		301.258	296.370
				Provisões socioambientais	13	131.372	77.228
				Provisões para litígios	14	355.205	175.341
				Dividendos a pagar	16	149.095	-
				Outros passivos	15	147.775	137.702
				Total do passivo não circulante		5.911.917	6.370.860
				TOTAL DO PASSIVO		7.686.781	7.989.687
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17		
Imobilizado	9	15.876.516	16.553.956	Capital social		15.716.969	24.794.234
Intangível	10	1.043.726	1.091.704	Reserva de lucro		184.101	-
Total do ativo não circulante		22.090.473	22.431.764	Dividendo adicional proposto		447.287	-
				Prejuízo acumulado		-	(9.077.265)
						16.348.357	15.716.969
TOTAL DO ATIVO		24.035.138	23.706.656	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		24.035.138	23.706.656

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Demonstração do Resultado
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**
Em milhares de Reais

	Nota explicativa	2024	2023
Receita operacional líquida	19	4.698.008	4.293.513
Custos operacionais	20.1	(3.000.552)	(2.718.538)
RESULTADO BRUTO		1.697.456	1.574.975
Despesas gerais e administrativas	20.2	(182.806)	(136.300)
Outras receitas		383	3.580
RESULTADO OPERACIONAL		1.515.033	1.442.255
RESULTADO FINANCEIRO	21	(604.615)	(2.230.453)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS		910.418	(788.198)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(78.515)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(51.420)	2.454.072
RESULTADO DO EXERCÍCIO		780.483	1.665.874
Resultado básico e diluído por lote de mil ações ordinárias (em reais)	18	0,43	0,92

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Demonstração do Resultado Abrangente
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**

Em milhares de Reais

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Resultado do exercício	<u>780.483</u>	<u>1.665.874</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>780.483</u>	<u>1.665.874</u>
Resultado abrangente do exercício atribuível ao acionista da companhia	<u><u>780.483</u></u>	<u><u>1.665.874</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**

Em milhares de Reais

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Dividendos adicionais propostos	Prejuízos / lucros acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2023		<u>11.246.908</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(10.743.139)</u>	<u>503.769</u>
Capital integralizado	17	13.547.326	-	-	-	13.547.326
Resultado do exercício	17	-	-	-	1.665.874	1.665.874
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		<u>24.794.234</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(9.077.265)</u>	<u>15.716.969</u>
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2024		<u>24.794.234</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(9.077.265)</u>	<u>15.716.969</u>
Redução de capital	17	(9.077.265)	-	-	9.077.265	-
Resultado do exercício	17	-	-	-	780.483	780.483
Reserva legal	17	-	31.389	-	(31.389)	-
Reserva de incentivo fiscal	17	-	152.712	-	(152.712)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16	-	-	-	(149.095)	(149.095)
Dividendos adicionais propostos	17	-	-	447.287	(447.287)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		<u>15.716.969</u>	<u>184.101</u>	<u>447.287</u>	<u>-</u>	<u>16.348.357</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Demonstração dos Fluxos de Caixa
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**

Em milhares de Reais

	Nota explicativa	2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		910.418	(788.198)
Ajustes:			
Encargos financeiros	21	665.997	2.074.964
Depreciações e amortizações	9 e 10	810.106	797.629
Provisões para litígios	14	(53.678)	206.101
Benefício pós-emprego		-	2.435
Baixa de imobilizado	9	32.560	30.057
Baixa de intangível	10	1.157	-
Amortização dos custos de captação de dívidas	12.1 e 12.2	492	11.687
		<u>2.367.052</u>	<u>2.334.675</u>
Variação nos ativos e passivos:			
Clientes	5	16.086	(72.743)
Almoarifado		4.414	(2.042)
Despesas pagas antecipadamente		18.787	29.544
Impostos e contribuições		(33.898)	(14.052)
Imposto de renda e contribuição social	6	(45.758)	748
Outros ativos	8	(82.800)	27.985
Fornecedores	11	(19.551)	5.060
Obrigações com pessoal		(2.925)	318
Adiantamentos de clientes		(42.872)	(64.270)
Encargos setoriais		17.777	2.509
Concessões a pagar		6.405	7.800
Gastos socioambientais	13	(33.713)	(112.586)
Outros passivos	15	30.044	92.618
		<u>2.199.048</u>	<u>2.235.564</u>
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	12.1	(31.521)	(1.107.273)
Pagamento de juros e encargos sobre debêntures	12.2	(499.472)	(355.637)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS		<u>1.668.055</u>	<u>772.654</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Caixa restrito - Aplicações	7	(1.499.438)	(1.094.225)
Caixa restrito - Resgates	7	1.248.432	927.259
Adições ao imobilizado	9	(90.185)	(246.035)
Adições ao intangível	10	(28.220)	(46.940)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		<u>(369.411)</u>	<u>(459.941)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de financiamentos - Principal	12.1	(52.624)	(2.601.043)
Pagamento de debêntures - Principal	12.2	(409.327)	(322.199)
Aumento de capital do acionista		-	2.042.554
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO) E GERADOS NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		<u>(461.951)</u>	<u>(880.688)</u>
REDUÇÃO/AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDO		<u>836.693</u>	<u>(567.975)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	355.171	923.146
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	<u>1.191.864</u>	<u>355.171</u>
<hr/>			
Transações Não Caixa		31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Imobilizado - remensuração da provisão sociambiental (nota explicativa nº 9)	13.004	78.370	
Intangível - remensuração da provisão sociambiental (nota explicativa nº 10)	173.737	45.626	
Empréstimos e financiamentos assunção - créditos (nota explicativa nº 12.1)	-	(11.504.772)	
Redução de capital (nota explicativa nº 1.4 (b))	(9.077.265)	-	
	<u>(8.890.524)</u>	<u>(11.380.776)</u>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Demonstração do Valor Adicionado
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**

Em milhares de Reais

	2024	2023
RECEITAS	5.404.663	4.927.663
Receitas operacionais	5.404.161	4.923.980
Outras receitas	502	3.683
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(2.433.428)	(2.245.884)
Serviços de terceiros	(1.059.482)	(1.072.730)
Materiais	(1.292.401)	(1.002.516)
Outros	(81.545)	(170.638)
VALOR ADICIONADO BRUTO	2.971.235	2.681.779
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO	(809.961)	(797.482)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	2.161.274	1.884.297
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras, líquidas	127.106	74.199
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	2.288.380	1.958.496
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2.288.380	1.958.496
SALÁRIOS E ENCARGOS	145.500	97.656
Remuneração direta	119.823	71.120
Benefícios	20.102	21.146
FGTS	5.575	5.390
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	641.713	(1.986.633)
Federais	492.303	(2.109.589)
Estaduais	149.318	122.213
Municipais	92	743
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS DE TERCEIROS	720.684	2.181.599
Juros	719.990	2.180.843
Aluguéis	694	756
REMUNERAÇÃO DE CAPITAL PRÓPRIO	780.483	1.665.874
Resultado do exercício	780.483	1.665.874

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2024**Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL**1.1. A Companhia**

A Santo Antônio Energia S.A. (“Companhia” ou “SAESA”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, “Categoria B”, nos termos da instrução 480, constituída em 17 de janeiro de 2008, com sede no município do Rio de Janeiro, e tem por objetivo o desenvolvimento do projeto de implementação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio (“UHE”) e de seu sistema de transmissão, em trecho do rio Madeira, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, assim como a condução de todas as atividades necessárias à construção, operação, manutenção e exploração da referida hidrelétrica e de seu sistema de transmissão associado.

Em 29 de setembro de 2008, a Companhia recebeu de sua Controladora, Madeira Energia S.A.-MESA (“Controladora” ou “MESA”), por meio de transferência anuída pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a concessão de geração de energia, tornando-se responsável pela construção e operação da usina, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito da central geradora.

A partir de 01 julho de 2024, a “MESA” passou a ser controlada pelo acionista Centrais Elétricas Brasileiras S.A.-Eletrobras (“Eletrobras”).

A Companhia tem como segmento de negócio a geração de energia elétrica, por meio da exploração da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e seu sistema de transmissão associado, localizada no rio Madeira, município de Porto Velho - RO, na condição de “Produtor Independente”, nos termos estabelecidos pelo Contrato de Concessão.

O prazo do Contrato de Concessão é de 39 anos e 04 meses, com vigência até outubro de 2047 (prazo original: 35 anos, prazo adicional Lei 14.052/2020: 04 anos e 04 meses), contados a partir da data de assinatura ocorrida em 13 de junho de 2008.

1.2. Capacidade de geração

A Usina Hidrelétrica (“UHE”) Santo Antônio tem capacidade instalada de 3.568 MW, com 50 unidades geradoras do tipo “bulbo” que operam em rio de baixa queda e grande vazão de água.

A Licença de Operação vigente (nº 1044/2011 - 1ª Renovação - 2ª Retificação) foi publicada em dezembro de 2019 com validade até 17/05/2026. Conforme mencionado na nota explicativa nº 13 “Provisões Socioambientais”, a Companhia atende adequadamente todas as condicionantes previstas nas Licenças de Instalação e Operação garantindo sua manutenção e renovação.

No ano de 2024, a UHE Santo Antônio gerou 16.064.268,44 MWh, o que corresponde a um aumento de geração de 11,71% em relação ao ano de 2023, que foi de 14.188.736,26 MWh (não auditado). Esse aumento foi decorrente de uma hidrologia favorável no primeiro semestre de 2024 comparado ao ano 2023 e de diversas ações para otimização da produção nas condições adversas de operação, minimizando os impactos da baixa vazão enfrentada, decorrentes da hidrologia que atingiu o rio Madeira no segundo semestre de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024, a UHE Santo Antônio possui 2.313,3 MW médios de garantia física.

1.3. Comercialização de energia elétrica

A UHE Santo Antônio iniciou a sua operação comercial em 2012, com a entrada da 1ª unidade geradora e a sua geração plena deu-se em janeiro de 2017, quando a 50ª unidade geradora entrou em operação comercial.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

A energia assegurada do projeto original da UHE Santo Antônio (44 unidades geradoras - 2.218 MW médios) foi comercializada 70% na modalidade de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR, correspondendo a 1.552 MW médios, com vencimento no ano de 2041. Os 30% restantes da energia assegurada foram negociados na modalidade de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre - CCEAL correspondendo a 665 MW médios, com vencimento no ano de 2027.

A energia adicional, referente às 6 novas unidades geradoras (206,2 MW médios), foi comercializada da seguinte maneira:

- A SAESA participou do 19º leilão de energia A-3, no qual vendeu 129,6 MW médios de energia, cujos CCEAR começaram a ser entregues a partir de janeiro de 2017, com vencimento em dezembro de 2046.
- Os 70 MW médios restantes foram comercializados no Ambiente Livre - CCEAL com 2 grandes clientes, cujo vencimento ocorrerá em dezembro de 2029.

A implantação destas 6 unidades adicionais, possibilitou estabilidade no fornecimento de energia ao sistema Acre-Rondônia.

1.4 Destaques 2024**a) Incorporação do acionista controlador indireto Furnas**

Em 01 de julho de 2024, a Eletrobras passou a ser o acionista controlador indireto da Companhia (Controlador direto da Madeira Energia S.A), em decorrência da incorporação de Furnas, ocorrida na mesma data.

b) Redução do capital social com absorção do prejuízo contábil acumulado

Em 18 de dezembro de 2024, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a redução do capital social da Companhia para absorção dos prejuízos acumulados registrados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023 em R\$ 9.077.265, sem cancelamento de ações e sem alteração no patrimônio líquido, passando o capital social para R\$ 15.716.969.

A efetiva redução de capital e a consequente alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia foi anuída pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 27 de dezembro de 2024.

1.5 Estrutura de capital e de liquidez

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou capital circulante líquido (CCL) positivo de R\$ 169.801 (R\$ 343.934 negativo em 31 de dezembro de 2023). Neste mesmo período, o patrimônio líquido totalizou R\$ 16.348.357 (R\$ 15.716.969 em 31 de dezembro de 2023) e o resultado líquido do exercício foi um lucro de R\$ 780.483 (lucro de R\$ 1.665.874 em 31 de dezembro de 2023).

Como reflexo positivo da reestruturação da dívida realizada em 2023, a Companhia conta com uma adequada projeção de geração de caixa para honrar seus compromissos.

Ainda, a Companhia conta com Contrato de Suporte de Acionistas para cobertura de insuficiência- *ESA* (“*Equity Support Agreements*”): no Aditivo nº 04 ao Contrato de Suporte de Acionistas para Cobertura de Insuficiências e Outras Avenças, celebrado em 28 de dezembro de 2023 (“*ESA* de Insuficiência”), Eletrobras se obriga, em caráter irrevogável e irretratável, a aportar os recursos necessários, sob a forma de capital, mediante subscrição e integralização, em moeda corrente nacional, de novas ações ordinárias do capital da “MESA”, na hipótese de ocorrência de um Evento de Capitalização Extraordinário. Considerando que o *ESA* de Insuficiência

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

é um título executivo extrajudicial e define como um dos Eventos de Capitalização Extraordinária o aporte de capital na “MESA” com recursos necessários para cobrir, de imediato e integralmente, qualquer insuficiência que vier a ocorrer na execução do Projeto ou acréscimos do orçamento global do Projeto, os credores poderão requerer o aporte de capital, podendo, ainda, em caso de descumprimento, requerer tutela específica da obrigação inadimplida.

Diante da conclusão da incorporação de Furnas, o acionista controlador da Companhia passou a ser a Eletrobras, que assumiu as obrigações do *ESA* de Insuficiência, razão pela qual o contrato está em processo de aditamento.

A Administração acompanha continuamente a saúde financeira da Companhia, adotando medidas para fortalecer a sua posição de caixa e para trazer eficiência e otimização dos custos, tendo como resultado o equilíbrio da sua estrutura de capital, de liquidez e de geração de caixa.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (“*International Financial Reporting Standards - IFRS*”), emitidas pelo “*International Accounting Standards Board – (IASB)* (atualmente denominadas pela Fundação *IFRS* como “normas contábeis *IFRS*” (*IFRS*® *Accounting Standards*)), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee (IFRIC*® *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee (SIC*® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Adicionalmente, foram considerados aspectos da legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, principalmente em relação à estruturação das contas contábeis e forma de registro dos eventos, visando à uniformização das práticas com outras companhias do setor elétrico e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de preparação e mensuração

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração, no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia, as quais são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações. Aquelas transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas, estão divulgadas na nota explicativa nº 2.6.

Foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na data das transações.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, expressas em milhares de reais, arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4. Práticas contábeis materiais

As práticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, com exceção da implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas a seguir:

2.4.1 Adoção de novas normas e interpretações

As emissões/alterações abaixo de normas *IFRS* efetuadas pelo *IASB* que são efetivas para o exercício iniciado em 2024 não tiveram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia:

Norma Revisada	Alteração	Aplicável a partir
<i>IAS</i> 1/ <i>CPC</i> 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas definem os requisitos para classificar e divulgar passivos com cláusulas de <i>covenants</i> como circulantes ou não circulantes. Além disso, apenas os <i>covenants</i> que devem ser cumpridos antes ou no final do período de reporte influenciam essa classificação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
<i>IAS</i> 7/ <i>CPC</i> 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Novos requisitos de divulgação para operações de Risco Sacado (<i>Reverse Factoring</i>).	01/01/2024, aplicação retrospectiva
<i>IFRS</i> 16/ <i>CPC</i> 6 (R2). Arrendamentos	As emendas exigem que o vendedor-arrendatário mensure o passivo de arrendamento resultante da transferência de um ativo, que é reconhecida como receita de venda, e do retro arrendamento (<i>Sale and Leaseback</i>) de modo que não haja reconhecimento de ganho ou perda sobre o direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
Resolução CVM nº 199/ <i>CPC</i> 9 (R1): Demonstração do Valor Adicionado.	A Resolução da CVM nº 199, esclarece critérios para elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), cujo objetivo principal é elucidar requisitos normativos.	01/01/2024

2.4.2 Novas normas e interpretações não vigentes

A Companhia não espera impactos materiais nas suas demonstrações financeiras quanto às aplicações das alterações normativas emitidas, abaixo elencadas, as quais tem sua adoção aplicável para o exercício iniciado em 2025:

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Norma Revisada	Alteração	Aplicável a partir
Resolução CVM nº 223/OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO ₂ e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO).	01/01/2025, aplicação retrospectiva
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros/	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com empréstimos.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – relacionado a estrutura da demonstração de resultados e exige que as entidades forneçam novos subtotais. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre medidas de desempenho definidas pela Administração.	01/01/2027, aplicação retrospectiva

A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma e não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras para outras normas, alterações e interpretações contábeis emitidas que não estão em vigor ou aplicáveis após o exercício de 2024.

2.5. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A legislação societária brasileira exige das companhias abertas a elaboração da DVA e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Essa demonstração é preparada de acordo com o 11 de 45

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. O *IFRS* não exige a apresentação desta demonstração.

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

2.6. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos no atual exercício social, estão relacionadas ao imposto de renda e contribuição social (nota explicativa nº 6), vida útil econômica de bens do ativo imobilizado (nota explicativa nº 9), recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis (notas explicativas nº9 e nº 10), provisões socioambientais (nota explicativa nº 13) e provisões para litígios (nota explicativa nº 14).

As premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pela Administração estão informados nas respectivas notas explicativas.

2.7. Aprovação das Demonstrações Financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2025.

3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

3.1 Instrumentos financeiros

Considerações gerais

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar a fornecedores e financiamentos que têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações e proteger dos efeitos de variações das flutuações das taxas de juros.

A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada por meio de mecanismos do mercado financeiro, que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia.

Prática Contábil

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros de acordo com o CPC 48, refletindo o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características no fluxo de caixa, determinando suas classificações no reconhecimento inicial.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Companhia usa as seguintes classificações para enquadrarem os seus principais instrumentos financeiros e seu respectivo nível:

Ativo/Passivo financeiro	Classificação
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado
Clientes	Custo amortizado
Caixa restrito	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado
Debêntures	Custo amortizado
Concessões a pagar	Custo amortizado
<i>Waiver fee</i>	Custo amortizado

a) Ativo Financeiro - Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento desses títulos com características de risco similares.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:

- (i) Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados pela taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

3.2 Gestão de riscos financeiros

A Companhia, em conformidade com a sua Instrução de Gestão de Riscos Financeiros e com o Plano de Negócios, dispõe de Política de Gerenciamento de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como diretriz assegurar a exposição ao risco de crédito em instrumentos financeiros, com a finalidade de garantir o valor, a liquidez e a rentabilidade de seus ativos.

Os riscos financeiros mais relevantes a serem gerenciados pela Companhia são:

- a) Risco de juros

A Companhia está exposta ao risco de variação das taxas de juros, destacando os seguintes itens:

- Caixa, equivalentes de caixa e caixa restrito: ambos atualizados pelo CDI;

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

- Contratos de (i) compra de energia, (ii) venda de energia e, (iii) Contrato de Concessão nº 001/2008 de Uso do bem público: corrigidos anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA;

- Empréstimos, financiamentos e debêntures: corrigidos mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. O financiamento obtido junto ao Banco da Amazônia S.A. – FNO, não está contemplado no parágrafo acima, pois possui juros pré-fixados de 10% a.a. com bônus de adimplência de 15% e taxa efetiva de 8,5% a.a.

- *Waiver fee* de longo prazo (nota explicativa nº 15), devido ao debenturista FI-FGTS: corrigido mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, adicionado a juros pré-fixados de 7%a.a.;

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção desses riscos.

b) Risco de crédito

Risco de crédito da contraparte é aquele existente em função da incapacidade da contraparte de cumprir suas obrigações financeiras com a Companhia por insolvência.

Visando gerenciar esse risco, a Companhia mantém relacionamento com instituições financeiras de primeira linha e que possuem “ratings” fornecidos por agências internacionais como “*Fitch Rating, Standard & Poor’s*” e “*Moody’s Investor*” e devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia por meio da Política de Gestão de Riscos Financeiros.

Parte dos contratos de venda de energia da Companhia está amparada em regras do ambiente de contratação regulada de energia. Adicionalmente, a Companhia busca minimizar seus riscos de crédito por meio de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, mediante seguro garantia e fianças bancárias.

c) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A Companhia conta com geração operacional de caixa por meio dos contratos firmes de vendas de energia de longo prazo (nota explicativa nº 1.3). Adicionalmente, conforme descrito na nota explicativa nº 1.5, a Companhia conta com suporte de seus acionistas caso exista necessidade de um evento de capitalização extraordinário.

(i) Análise de liquidez

As tabelas abaixo analisam, em valores nominais, os principais passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento, o qual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as obrigações e inclui os respectivos juros contratuais relacionados, quando aplicável.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

31/12/2024					
Fluxo de pagamento nominal					
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante/Não circulante)	975.391	775.911	2.451.357	8.057.305	12.259.964
Fornecedores	229.417	7.697	-	-	237.114
Empréstimos, financiamentos e debêntures	713.987	734.702	2.343.106	7.299.467	11.091.262
Concessões a pagar	31.987	33.512	108.251	656.335	830.085
Waiver fee	-	-	-	101.503	101.503
31/12/2023					
Fluxo de pagamento nominal					
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante/Não circulante)	985.413	922.760	1.469.975	3.441.272	6.819.420
Fornecedores	251.252	5.413	-	-	256.665
Empréstimos, financiamentos e debêntures	704.951	885.743	1.370.326	3.276.155	6.237.175
Concessões a pagar	29.210	31.604	99.649	165.117	325.580

(ii) Análise de sensibilidade

Os pronunciamentos contábeis (CPC) nº 39, nº 40 e nº 48 dispõem sobre a apresentação de informações dos instrumentos financeiros em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

Para o cenário provável, a Companhia considerou, para os próximos 12 meses, a findar-se em 31 de dezembro de 2025, os seguintes índices projetados acumulados: (i) IPCA 5,63% e (ii) CDI/SELIC 15,06%.

Fontes: Relatório BACEN, Santander e BM&F (curva futura DI) na data-base de 31 de dezembro de 2024.

Com relação ao risco de elevação da inflação e CDI, a Companhia fez uma análise de sensibilidade nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

	Valor Contábil Em 31 de dezembro 2024	Índices estimados	Em 31 de dezembro de 2025		
			Cenário provável	Cenário possível Aumento do risco em 25%	Cenário remoto Aumento do risco em 50%
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa - CDI - (nota explicativa 4)	1.191.864	15,06%	1.371.359	1.326.485	1.281.611
Caixa restrito - CDI - (nota explicativa 7)	590.609	15,06%	679.555	657.318	635.082
Total Ativo	1.782.473		2.050.914	1.983.803	1.916.693
Passivos					
Debêntures - IPCA - (nota explicativa 12.2) (i)	(5.530.369)	5,63%	(5.841.729)	(5.919.569)	(5.997.409)
Empréstimos - IPCA - (nota explicativa 12.1) (i)	(381.321)	5,63%	(402.789)	(408.156)	(413.524)
Concessões a pagar - IPCA	(331.985)	5,63%	(350.676)	(355.348)	(360.021)
Provisões socioambientais - IPCA - (nota explicativa 13)	(186.740)	5,63%	(197.253)	(199.882)	(202.510)
Outros passivos - IPCA - (nota explicativa 15)	(176.465)	5,63%	(186.400)	(188.884)	(191.367)
Total Passivo	(6.606.880)		(6.978.847)	(7.071.839)	(7.164.831)

(i) Não considera o custo de transação que não será impactado pelos índices.

A análise não considera o financiamento do Banco da Amazônia S.A., cujos recursos financeiros são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO. Esse financiamento possui taxa de juros pré-fixada (nota explicativa nº 12.1).

d) Risco hidrológico

A energia elétrica produzida por uma usina hidrelétrica apresenta grande variabilidade pela forte dependência do regime hidrológico. A conjuntura do sistema e os baixos níveis de armazenamento dos reservatórios, em decorrência das chuvas abaixo da média histórica e, conseqüentemente, baixas vazões, podem provocar uma

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

diminuição significativa da energia hidráulica gerada pelo SIN (Sistema Interligado Nacional), com conseqüente aumento da exposição do gerador ao participar de um rateio no MRE (Mecanismo de Realocação de Energia), valorado a PLD (Preço de Liquidação das Diferenças), o que gera um dispêndio com o *GSF* (“*Generation Scaling Factor*”) para os geradores hidrelétricos.

Desta forma, para reduzir a exposição a esse risco, a Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico com a ANEEL, na forma da lei nº 13.203/2015, conforme Resolução Normativa nº 684/2015, para seus contratos de venda de energia no ACR - Ambiente de Comercialização Regulado, na classe de produto SP93 para o montante de repactuação de 1.552,6 MW médios da parcela referente às 44 Unidades Geradoras da UHE Santo Antônio e, em 29 de dezembro de 2017, na classe de produto SP100 para o montante de repactuação de 129,6 MW médios da parcela referente às 06 Unidades Geradoras adicionais da UHE Santo Antônio.

Adicionalmente à repactuação do risco hidrológico no ambiente dos Contratos Regulados (ACR), a Companhia, em linha com a sua política de *hedge*, realiza, quando necessário, compras de energia e/ou descontrações para proteção da exposição ao risco hidrológico no ambiente de comercialização livre.

3.3 Gestão de risco de capital

Ao administrar o seu capital, a Companhia tem por objetivo salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas.

Estrutura do Capital:

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos	12.1	381.011	433.532
Debêntures	12.2	5.529.709	5.803.643
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	4	(1.191.864)	(355.171)
Caixa restrito	7	(590.609)	(339.603)
Dívida bruta - CT: capital de terceiro (A)		4.128.247	5.542.401
Total do patrimônio líquido - CP: capital próprio		16.348.357	15.716.969
Total do capital (CT + CP) (B)		20.476.604	21.259.370
Indicador de estrutura de capital (A/B x 100)		20,16%	26,07%

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Bancos conta movimento	16	107
Aplicações financeiras		
Certificado de depósito bancário (CDB)	1.162.251	347.984
Títulos renda fixa	29.597	7.080
	<u>1.191.864</u>	<u>355.171</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa (liquidez diária) e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, pela modalidade das aplicações.

O aumento de caixa observado em 2024 é decorrente das reduções das obrigações dos financiamentos, resultado da assunção da dívida pela Eletrobras em novembro de 2023.

Prática contábil:

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5 CLIENTES

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Consumidores - Fornecimento industrial (i)	16.286	23.226
Concessionárias - Suprimento convencional (ii)	514.605	523.751
	<u>530.891</u>	<u>546.977</u>

(i) Créditos com os consumidores de energia;

(ii) Créditos com os revendedores de energia;

Até a data destas Demonstrações Financeiras, a Companhia não antecipa qualquer expectativa de perda nos contratos com clientes e, portanto, não estimou perdas com crédito de liquidação duvidosa-PECLD.

Prática contábil:

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de energia elétrica. O prazo médio de recebimento é de 22 dias. São, portanto, apresentadas no ativo circulante e reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de sua realização.

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”) são constituídas, quando aplicável, com base em análise individual dos valores a receber, considerando: (i) o conceito de perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que têm probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

das referidas demonstrações financeiras; (ii) instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, mas não apresentam evidência objetiva de “*impairment*” e; (iii) ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de “*impairment*” em 31 de dezembro 2024.

Até a data destas Demonstrações Financeiras, a Companhia não possui inadimplências tomando em consideração os aspectos anteriormente destacados e, portanto, não estimou perdas com crédito de liquidação duvidosa-PECLD.

6 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**6.1. Imposto de renda e contribuição social corrente**

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
Imposto de Renda (IRPJ)	-	23.132	-	-
Contribuição Social (CSLL)	-	917	6.865	-
Saldo negativo de IRPJ	10.015	-	-	-
Saldo negativo de CSLL	917	-	-	-
	<u>10.932</u>	<u>24.049</u>	<u>6.865</u>	<u>-</u>
	Ativo Não Circulante		Passivo Não Circulante	
Imposto de Renda (IRPJ)	-	-	-	-
Contribuição Social (CSLL)	-	-	-	-
Saldo negativo de IRPJ	-	12.775	-	-
	<u>-</u>	<u>12.775</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

6.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Tributos diferidos ativos		
Créd. tributário s/ Prejuízo Fiscal e Base Negativa	4.422.354	4.521.514
Provisão para litígios	42.757	-
Outras diferenças temporárias	15.550	10.716
Total ativo	<u>4.480.661</u>	<u>4.532.230</u>
Tributos diferidos passivos		
Custo de transação-debêntures	(225)	(374)
Total passivo	<u>(225)</u>	<u>(374)</u>
Tributos diferidos ativos, líquidos	<u>4.480.436</u>	<u>4.531.856</u>

A Companhia possui R\$ 4.480.436 em imposto de renda e contribuição social diferidos ativos líquidos em 31 de dezembro de 2024, substancialmente oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, além de diferenças temporárias entre as bases fiscal e contábil.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Os montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis são resultantes da melhor estimativa dos lucros tributáveis futuros, sendo a base do valor registrado formada pelas diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, cuja realização esperada é como segue:

Realização	
2025	(33.431)
2026	(40.307)
2027	(45.920)
2028	(121.630)
2029	(121.659)
Após 2029 até 2042	(4.117.489)
	<u>(4.480.436)</u>

6.3. Conciliação da despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	910.417	(788.198)
Total do IRPJ e CSLL calculado às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente	(309.542)	267.987
Efeitos de Adições e Exclusões:		
Demais adições e exclusões permanentes	(6.192)	(5.534)
Composição tributos diferidos	33.087	2.191.619
Incentivos Fiscais (a)	<u>152.712</u>	<u>-</u>
Total da despesa de IRPJ e CSLL	<u>(129.934)</u>	<u>2.454.072</u>
Alíquota Efetiva	<u>14,27%</u>	<u>0,00%</u>

a) Incentivos Fiscais

A Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), por meio de laudos constitutivos, reconheceu o direito à redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração das atividades de geração de energia elétrica pelo prazo de 10 anos, a partir de 2018, cujo montante do benefício apurado até 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 152.712 (até 31 de dezembro de 2023, pela não apresentação de lucro tributável, a Companhia não havia utilizado este benefício).

Prática Contábil:

O imposto de renda e a contribuição social, apurados sobre o lucro ajustado para fins fiscais, são reconhecidos na demonstração do resultado, dividido em corrente e diferidos, no período em que ocorre o resultado (lucro ou prejuízo) correspondente. O imposto de renda e a contribuição social, relacionados com os outros resultados abrangentes, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, sem transitar pelo resultado do exercício, e apresentados na demonstração de resultado abrangente.

IRPJ e CSLL correntes

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Os tributos correntes são registrados como despesa no resultado do período em que o lucro tributável é determinado, aplicando-se as alíquotas vigentes sobre a base de cálculo ajustada conforme o regime fiscal. O lucro tributável é o valor do lucro sujeito à tributação, calculado ajustando o lucro contábil para incluir ou excluir certos itens de receita e despesa que são tratados de maneira diferente para fins fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados de forma líquida, por entidade contribuinte, quando há um direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e a intenção de quitar em bases líquidas.

IRPJ e CSLL diferidos

O resultado com imposto de renda e a contribuição social diferidos representa o resultado tributário originado (i) das receitas e despesas que, devido às regras tributárias, não podem ser consideradas na base de cálculo do pagamento de imposto de renda e contribuição social na apuração do exercício, mas que poderão ser utilizadas em exercícios seguintes (diferenças temporárias), e (ii) de eventual prejuízo do exercício.

Os créditos reconhecidos no resultado, relacionados ao imposto de renda e a contribuição social diferidos, originados por diferenças temporárias ou por eventuais prejuízos, são reconhecidos no ativo de acordo a projeção de lucro tributável futuro e de utilização das diferenças temporárias.

Estimativas e julgamentos críticos

Para a manutenção dos ativos fiscais diferidos resultantes dos prejuízos fiscais acumulados e das diferenças temporárias, a Companhia projeta seus resultados futuros considerando as premissas macroeconômicas, a estrutura operacional e seu planejamento estratégico.

Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Companhia avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

Na data-base destas demonstrações financeiras, a Companhia avaliou as suas operações e concluiu que sua posição fiscal e contábil está em conformidade, não apresentando incertezas quanto a aceitação pelo Fisco.

7 CAIXA RESTRITO

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Circulante		
Reserva do serviço de debêntures - 3ª emissão (i)	-	99.192
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE (ii)	<u>26.901</u>	<u>25.989</u>
	26.901	125.181
Não circulante		
Reserva do BNDES (iii)	262.305	86.050
Reserva dos AGENTES (iii)	263.565	91.861
Reserva do FNO (iv)	21.320	21.266
Reserva de O&M (v)	<u>16.518</u>	<u>15.245</u>
	<u>563.708</u>	<u>214.422</u>
	<u>590.609</u>	<u>339.603</u>

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição:

- (i) Reserva para pagamento de juros e principal das debêntures da 1ª emissão. A 3ª emissão foi totalmente liquidada em abril/24;
- (ii) Aporte em garantia para liquidação na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica);
- (iii) Após a assunção da dívida do BNDES FINEM pela Eletrobras, ficou previsto um saldo equivalente a três vezes o valor da parcela vincenda. Será acessada somente em eventual não pagamento da parcela pela Eletrobras, condição mantida até o final da amortização do contrato de financiamento. Informações adicionais na nota explicativa nº 12.1 (i) “Garantias”;
- (iv) Ao saldo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida do financiamento FNO (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte). Será acessada somente em eventual não pagamento da parcela, condição mantida até o final da amortização do contrato de financiamento. Informações adicionais na nota explicativa nº 12.1 (i) “Garantias”;
- (v) A Conta Reserva de O&M (Operação e Manutenção), que deverá permanecer composta durante toda vigência do Contrato de Cessão Fiduciária. Informações adicionais na nota explicativa nº 12.1 (i) “Garantias”.

Prática Contábil:

Os caixas restritos possuem caráter obrigatório e estão vinculados, principalmente, às obrigações da Companhia com os financiamentos, debêntures e perante a CCEE. Estes depósitos estão auferidos até a data do balanço e registrados ao custo histórico, acrescidos dos rendimentos.

8 OUTROS ATIVOS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Circulante		
Ordens em curso P&D (i)	58.983	47.473
Pgtos. em fase de liquidação judicial (ii)	-	29.578
Impostos e contribuições	5.578	4.948
Adiantamentos a fornecedores	3.504	11.741
Adiantamentos a pessoal	168	374
Devedores diversos	457	485
	<u>68.690</u>	<u>94.599</u>
Não circulante		
Ordens em curso P&D (i)	20.529	14.243
Depósitos judiciais (iii)	100.811	2.481
Impostos e contribuições	-	95
Mútuo - Madeira Energia	4.444	-
Devedores diversos	7	263
	<u>125.791</u>	<u>17.082</u>
	<u><u>194.481</u></u>	<u><u>111.681</u></u>

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Custos dos serviços relacionados aos gastos com os projetos em andamento de Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”). Ao encerrar os respectivos projetos, os saldos são compensados em contrapartida ao passivo correspondente;
- (ii) Ao longo de 2023, a Companhia celebrou acordos em processos judiciais que tinham condenação confirmada, ao menos, em segunda instância, com exíguas chances de reversão e prognóstico de perda provável. Esta rubrica deve ser analisada em conjunto com as provisões dos litígios (nota explicativa nº 14);
- (iii) Trata-se de recursos retidos e penhorados, referentes à Execução Fiscal nº 7041505-98.2016.8.22.0001, que diz respeito à cobrança de ISS pelo Município de Porto Velho, incidente sobre valores recolhidos em outro município.

9 IMOBILIZADO

- a) Valor recuperável dos ativos de longo prazo (imobilizado e intangível)

O ativo imobilizado é composto principalmente, pelos custos de construção da UHE, para os quais uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que seu valor contábil pode não ser recuperável.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, com base nos testes realizados, não foram identificados resultados negativos que pudessem requerer o registro de perdas para os ativos de longo prazo

A seguir demonstramos a movimentação do imobilizado:

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2024:

	Barragens, reservatórios e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em curso	Direito de uso	Outros	Total
Taxa média de depreciação a.a.	3,24%	3,32%	4,18%	-	22,48%	4,02%	
Custo	8.686.570	4.600.689	9.710.079	192.570	2.432	649.560	23.841.900
Depreciação acumulada	(2.655.095)	(1.392.228)	(3.132.236)	-	(1.127)	(107.258)	(7.287.944)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.031.475	3.208.461	6.577.843	192.570	1.305	542.302	16.553.956
Adição	-	-	-	47.821	-	42.342	90.163
Baixas	(9.475)	(20)	(6.224)	(241)	-	(16.600)	(32.560)
Depreciação	(255.455)	(134.764)	(323.595)	-	(523)	(20.728)	(735.065)
Transferências	30.675	1.631	18.508	(50.792)	-	-	22
Saldo em 31 de dezembro 2024	5.797.220	3.075.308	6.266.532	189.358	782	547.316	15.876.516
Custo	8.707.770	4.602.300	9.722.363	189.358	2.432	675.302	23.899.525
Depreciação acumulada	(2.910.550)	(1.526.992)	(3.455.831)	-	(1.650)	(127.986)	(8.023.009)

Em 31 de dezembro de 2023:

	Barragens, reservatórios e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em curso	Direito de uso	Outros	Total
Taxa média de depreciação a.a.	3,24%	3,32%	4,18%	-	22,48%	4,02%	
Custo	8.700.470	4.600.689	9.703.959	160.942	2.319	457.543	23.625.922
Depreciação acumulada	(2.398.301)	(1.257.482)	(2.808.326)	-	(623)	(91.456)	(6.556.188)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.302.169	3.343.207	6.895.633	160.942	1.696	366.087	17.069.734
Adição	-	-	-	174.821	113	60.808	235.742
Baixas	(19.232)	-	(494)	-	-	(38)	(19.764)
Depreciação	(256.794)	(134.746)	(323.910)	-	(504)	(15.802)	(731.756)
Transferências	5.332	-	6.614	(143.193)	-	131.247	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.031.475	3.208.461	6.577.843	192.570	1.305	542.302	16.553.956
Custo	8.686.570	4.600.689	9.710.079	192.570	2.432	649.560	23.841.900
Depreciação acumulada	(2.655.095)	(1.392.228)	(3.132.236)	-	(1.127)	(107.258)	(7.287.944)

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Prática Contábil:

Registrado ao custo de aquisição e construção. Inclui a capitalização dos encargos de empréstimos tomados especificamente para o financiamento de projetos, líquidos das receitas financeiras auferidas com esses recursos. Inclui também (quando aplicável): (a) adiantamentos a fornecedores para aquisição de bens que integram o imobilizado; (b) estoque de bens para aplicação no imobilizado; (c) gastos relacionados com as ações ambientais de proteção, monitoramento, reflorestamento, recuperação ou compensação dos impactos socioambientais; e (d) outros gastos realizados para concluir a obra como um todo. Dessa forma, foram utilizadas as vidas úteis estabelecidas pela ANEEL ou o período de concessão como base para depreciação do ativo imobilizado, dos dois, o menor período.

A Companhia avalia periodicamente se há indicação de desvalorização dos seus principais ativos não financeiros. A avaliação é realizada por UGC, que corresponde a um grupo de ativos capaz de gerar entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos. Se houver indicação de desvalorização, o valor recuperável da UGC é estimado e confrontado com o saldo contábil atual. Caso o valor recuperável seja inferior ao valor contábil, é registrada perda com desvalorização do ativo.

Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia tem a concessão da usina de Santo Antônio como seu principal ativo operacional, considera-se este ativo como uma UGC única, não havendo outra UGC testada na companhia, com as dinâmicas operacionais e comerciais da companhia sendo integralizadas nesta UGC.

O valor recuperável da UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo. Em síntese, o valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros advindos da operação do ativo e o valor justo é o preço que seria recebido pela venda do ativo em transação não forçada.

Por não haver mercado ativo para a negociação da UGC e por acreditar que o cálculo do valor justo a partir de premissas do mercado se aproximaria do valor em uso, que corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, a Companhia adota o valor em uso como o valor recuperável da UGC.

Foram consideradas as principais premissas definidas a seguir para o cálculo do valor em uso:

- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Taxa de desconto ao ano no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, após os impostos: 5,75% (lucro real) e 6,50% (benefício fiscal SUDAM), respectivamente (em 31 de dezembro de 2023, 5,81% (lucro real), 6,53% (benefício fiscal SUDAM), levando em consideração o custo médio ponderado de capital;
- A taxa de desconto ao ano, antes dos impostos, é de 8,63%;
- Receitas projetadas de acordo com os contratos, sem previsão de prorrogação da concessão/autorização; e
- Despesas segregadas por unidade geradora de caixa, projetadas com base no Planejamento Estratégico para 5 anos e consistentes com o plano para os demais anos, até o final das concessões e sem considerar renovações/prorrogações futuras.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

10 INTANGÍVEL

Em 31 de dezembro de 2024:

	Software	Direito de concessão	Uso do bem público	Servidões	Intangível em curso	Licença de operação	Total
Taxa média de amortização a.a.	20,52%	3,88%	3,20%	3,07%	-	17,78%	
Custo	32.022	906.436	199.339	10.226	7.317	186.887	1.342.227
Amortização acumulada	(30.777)	(78.128)	(72.576)	(2.649)	-	(66.393)	(250.523)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.245	828.308	126.763	7.577	7.317	120.494	1.091.704
Adições	-	-	-	-	1.623	26.619	28.242
Baixas	-	-	-	-	(1.157)	-	(1.157)
Amortizações	(1.227)	(34.850)	(5.318)	(318)	-	(33.328)	(75.041)
Transferências	5.553	-	-	-	(5.575)	-	(22)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.571	793.458	121.445	7.259	2.208	113.785	1.043.726
Custo	37.575	906.436	199.339	10.226	2.208	213.506	1.369.290
Amortização acumulada	(32.004)	(112.978)	(77.894)	(2.967)	-	(99.721)	(325.564)

Em 31 de dezembro de 2023:

	Software	Direito de concessão	Uso do bem público	Servidões	Intangível em curso	Licença de operação	Total
Taxa média de amortização a.a.	20,57%	3,85%	3,20%	3,10%	-	16,67%	
Custo	30.812	906.436	199.339	10.226	7.212	141.262	1.295.287
Amortização acumulada	(30.487)	(43.277)	(67.258)	(2.331)	-	(41.297)	(184.650)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	325	863.159	132.081	7.895	7.212	99.965	1.110.637
Adições	-	-	-	-	46.940	-	46.940
Amortizações	(289)	(34.851)	(5.318)	(318)	-	(25.097)	(65.873)
Transferências	1.209	-	-	-	(46.835)	45.626	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.245	828.308	126.763	7.577	7.317	120.494	1.091.704
Custo	32.021	906.436	199.339	10.226	7.317	186.888	1.342.227
Amortização acumulada	(30.776)	(78.128)	(72.576)	(2.649)	-	(66.394)	(250.523)

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

11 FORNECEDORES

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Circulante		
Suprimento de energia elétrica	97.725	103.872
Encargos de uso da rede elétrica	84.005	80.971
Materiais e serviços	30.357	47.468
Retenções contratuais	17.330	18.941
	<u>229.417</u>	<u>251.252</u>
Não circulante		
Retenções contratuais	7.697	5.413
	<u>7.697</u>	<u>5.413</u>
	<u>237.114</u>	<u>256.665</u>

Prática Contábil:

A rubrica de fornecedores é mensurada a custo amortizado, sendo os passivos baixados mediante a liquidação do título e as variações monetárias, quando aplicável, são reconhecidas no resultado financeiro. A Companhia reconhece nesta rubrica as obrigações relacionadas com encargos de uso da rede elétrica, suprimento de energia elétrica, compras de energia elétrica e compras de bens, mercadorias e de serviços. Além disso, também são reconhecidas as compras de energia elétrica no âmbito da CCEE.

12 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures devidos pela Companhia é divulgado a valor presente, conforme segue:

12.1 Empréstimos e financiamentos

Composição:

	<u>Moeda</u>	<u>Encargos Financeiros</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Passivo circulante				
Banco da Amazônia S.A. - FNO (a)	R\$	Juros de 10,0% a.a. (*)	60.084	54.687
Custos de transação a amortizar	R\$	-	(52)	(52)
			<u>60.032</u>	<u>54.635</u>
Passivo não circulante				
Banco da Amazônia S.A. - FNO (a)	R\$	Juros de 10,0% a.a. (*)	321.237	379.207
Custos de transação a amortizar	R\$	-	(258)	(310)
			<u>320.979</u>	<u>378.897</u>
			<u>381.011</u>	<u>433.532</u>

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

(*) Bônus de adimplência de 15%, taxa nominal 8,5% a.a.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2024:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>54.635</u>	<u>378.897</u>
Encargos financeiros provisionados	31.572	-
Encargos financeiros pagos	(31.521)	-
Amortização de principal	(52.624)	-
Transferências	57.957	(57.957)
Custos de transação	52	-
Transferências de custos de transação	(39)	39
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>60.032</u>	<u>320.979</u>

Em 31 de dezembro de 2023:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>655.361</u>	<u>13.546.024</u>
Encargos financeiros provisionados	1.096.519	338.415
Encargos financeiros pagos	(1.107.273)	-
Amortização de principal	(558.489)	-
Amortização de principal - renegociação	(2.042.554)	-
Transferências	13.515.294	(13.515.294)
Renegociação - Assunção	(11.504.772)	-
Custos de transação	10.301	-
Transferências de custo de transação	(9.752)	9.752
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>54.635</u>	<u>378.897</u>

(a) Banco da Amazônia S.A. - FNO

As parcelas liberadas decorrem do contrato de financiamento firmado entre a Companhia e o Banco da Amazônia S.A. em 11 de março de 2009 e aprovado com base na Decisão de Diretoria nº 1.120/2008, de 16 de dezembro de 2008, com interveniência da Controladora e dos acionistas da Controladora, no valor total de R\$ 381.011, cujos recursos financeiros são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO. O referido contrato de financiamento teve como objetivo a implantação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio (nota explicativa nº 1).

O financiamento do FNO não foi objeto de reestruturação da dívida ocorrida em 2023, sendo, em 31 de dezembro de 2024, o único financiamento da Companhia.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Vencimento das parcelas - não circulante (principal)

	2026	2027	2028	2029	2030	Total
Principal	63.845	70.322	77.382	76.730	32.958	321.237
	<u>63.845</u>	<u>70.322</u>	<u>77.382</u>	<u>76.730</u>	<u>32.958</u>	<u>321.237</u>

Esta composição não considera o custo de transação.

(i) Garantias:

Para assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato de Financiamento do FNO e da 1ª emissão de debêntures, foram constituídas as seguintes garantias:

- Penhor da totalidade das ações da Companhia de propriedade da Madeira Energia S.A. - MESA, acionista e Controladora integral da Companhia;
- Cessão fiduciária entre a Companhia e os credores, envolvendo os direitos de titularidade da mesma e todas as suas contas reservas (nota explicativa nº7 “Caixa restrito”), em decorrência do Contrato de Concessão de Uso do bem público para geração de energia elétrica, incluindo os direitos creditórios de sua titularidade referentes aos Contratos de Compra e Venda de Energia (CCVE) e os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), Contratos de Compra de Reduções de Emissão de Carbono (CCREC), se vierem a ser firmados, e cessão condicional dos contratos do projeto de execução da Usina Hidrelétrica Santo Antônio;
- Suporte de acionistas para cobertura de insuficiências que vierem a ocorrer na execução do projeto, além de frustrações das fontes de recursos previstas para utilização nos investimentos do projeto;
- Fiança da controladora indireta Eletrobras para assegurar o pagamento integral de quaisquer obrigações do contrato de financiamento do FNO e da 1ª emissão de debêntures.

(ii) Cláusulas restritivas:

O contrato de financiamento do FNO e das Debêntures (nota explicativa nº 12), possuem cláusulas restritivas (“*covenants*”) financeiras e não financeiras. Adicionalmente, considerando que a SAESA é um *Project finance* e que, mesmo após a assunção da dívida, foram mantidas garantias específicas ao BNDES e aos Agentes Repassadores, foram mantidas determinadas cláusulas restritivas financeiras e não financeiras atribuídas à MESA e à SAESA.

“*Covenants*” são cláusulas contratuais, exigidas nos contratos de financiamentos e empréstimos, que controlam as atividades da Companhia e de sua controladora, criadas para proteger o interesse do credor. Estes indicadores estabelecem condições que não podem ser descumpridas. Caso isto ocorra, e se configurado o descumprimento de quaisquer “*covenants*”, o credor poderá exigir o vencimento antecipado da dívida (“*default*”).

Os principais *covenants* são referentes à: (a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida mínimo em 1,2 até 2024, e em 1,3 de 2025 até o final da liquidação do financiamento do FNO e da 1ª emissão de debêntures; (b) Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 0,25 (aplicável apenas para a 3ª emissão de debêntures); (c) Índice de Dívida líquida/Patrimônio Líquido menor ou igual a 3,5 (aplicável apenas para a 1ª emissão de debêntures); (d) cumprimento de condicionantes socioambientais; e (e) limitação de endividamento da SAESA no montante de R\$ 7.500.000.

Conforme obrigação do contrato de financiamento do FNO e nas escrituras das debêntures, os indicadores financeiros (*covenants*) são apurados anualmente, a partir do exercício social encerrado. Contudo, a Companhia realiza o monitoramento destes indicadores trimestralmente.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia atendeu a todos os “covenants”, conforme obrigações previstas nos contratos de financiamentos e escrituras de debêntures.

(iii) Garantias relacionadas ao financiamento assumido pela Eletrobras:

No âmbito da negociação da assunção da dívida do BNDES FINEM em 2023, restou acordado que parte da dívida assumida pela Eletrobras, no montante de R\$ 9.591.773, permaneceria garantida pela MESA e pela SAESA. Dessa forma, foram mantidas as seguintes garantias prestadas ao BNDES e aos Agentes Repassadores:

- (1) Penhor da totalidade das ações da Companhia de propriedade da Madeira Energia S.A. - MESA;
- (2) Contas Reservas dos Serviços da Dívida do BNDES e dos AGENTES (nota explicativa nº 7 “Caixa restrito”):
 - Composição equivalente a três vezes do valor da última prestação vencida do contrato de Assunção de dívida do BNDES de longo prazo e dos AGENTES, podendo variar de acordo com o valor da última parcela;
 - Será acessada somente em eventual não pagamento da parcela, pela Eletrobras;
 - Condição mantida até o final da amortização do contrato de financiamento.

12.2 Debêntures

As debêntures compartilham das mesmas garantias e cláusulas restritivas mencionadas no item 12.1.

Composição:

	Série	Valor unitário (em reais)	Remuneração				31/12/2024	31/12/2023
				Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Total
Passivo circulante								
1ª emissão	1ª			487.773	29.206	(50)	516.929	358.488
	2ª	R\$ 1.000,00	IPCA + juros de 6,5% a.a.	483.960	90.712	-	574.672	291.828
				971.733	119.918	(50)	1.091.601	650.316
Passivo não circulante								
1ª emissão	1ª			2.153.892	-	(305)	2.153.587	2.515.341
	2ª	R\$ 1.000,00	IPCA + juros de 6,5% a.a.	2.284.826	-	(305)	2.284.521	2.637.986
				4.438.718	-	(610)	4.438.108	5.153.327
				5.410.451	119.918	(660)	5.529.709	5.803.643

Movimentação:

Em 31 de dezembro de 2024:

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2023	650.316	5.153.327
Encargos financeiros provisionados	13.611	620.814
Encargos financeiros pagos	(499.472)	-
Amortização	(409.327)	-
Transferência	617.152	(617.152)
Transferência amortização <i>cash sweep</i> (i)	719.321	(719.321)
Amortização de custos de transação	440	-
Transferências de custos de transação	(440)	440
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.091.601	4.438.108

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Amortização extraordinária prevista no contrato de cessão fiduciária, a ser realizada em fevereiro de 2025.

Em 31 de dezembro de 2023:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>498.904</u>	<u>5.341.159</u>
Encargos financeiros provisionados	411.214	228.816
Encargos financeiros pagos	(355.637)	-
Amortização	(322.199)	-
Transferência	417.088	(417.088)
Amortização de custos de transação	1.386	-
Transferências de custos de transação	(440)	440
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>650.316</u>	<u>5.153.327</u>

1ª Emissão

O FI-FGTS é o único debenturista desta emissão e compartilha das mesmas garantias e cláusulas restritivas apresentadas na nota explicativa nº 12.1 (i) e (ii).

Conforme previsto no contrato de cessão fiduciária, após a liquidação das debêntures da 3ª emissão (em abril de 2024), ao final de cada semestre considerando a data base de dez/23, o excedente a R\$ 450.000 de caixa livre (valor a ser atualizado monetariamente pela variação acumulada do IPCA anual), será repassado ao debenturista para amortização extraordinária dos juros capitalizados (*cash sweep*).

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 15 (quinze) parcelas anuais, sendo:

- (i) 1ª série: outubro de 2023 a outubro de 2037
(ii) 2ª série: junho de 2024 a junho de 2038

Vencimento das parcelas de debêntures - não circulante (principal e encargos¹)

	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>2028</u>	<u>2029</u>	<u>2030</u>	<u>Após 2030</u>	<u>Total</u>
Principal e Encargos ¹	<u>412.885</u>	<u>412.885</u>	<u>412.885</u>	<u>412.885</u>	<u>412.885</u>	<u>2.374.293</u>	<u>4.438.718</u>

¹ Juros e atualizações monetárias.

Prática Contábil:

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

resultado durante o período em que eles estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Instrumentos financeiros que são, obrigatoriamente, resgatáveis em uma data específica são classificados como passivo.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

13 PROVISÕES SOCIOAMBIENTAIS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Circulante		
Compensação ambiental	-	8.553
Programas básicos ambientais (i)	<u>55.368</u>	<u>134.672</u>
	55.368	143.225
Não circulante		
Compensação ambiental	-	19.186
Programas básicos ambientais (i)	<u>131.372</u>	<u>58.042</u>
	<u>131.372</u>	<u>77.228</u>
	<u><u>186.740</u></u>	<u><u>220.453</u></u>

- (i) Nas rubricas “Programas básicos ambientais” estão registradas as estimativas da Administração em relação aos gastos socioambientais em cumprimento às condicionantes previstas nas Licenças de Instalação nº 540/2008, Licença de Operação nº 1.044/2011 - 1ª Renovação, 2ª Retificação e na Autorização Especial nº 15/2018, todas expedidas pelo IBAMA.

Movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>143.225</u>	<u>77.228</u>
Revisão da Estimativa (i)	29.331	-
Termo de Compromisso (efetivação) (ii)	(13.091)	(15.346)
Atualização	1.221	7.502
Realizações	(43.330)	-
Transferências	(61.988)	61.988
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u><u>55.368</u></u>	<u><u>131.372</u></u>

Movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>158.794</u>	<u>174.245</u>
Revisão da Estimativa (i)	(1.286)	-
Termo de Compromisso (efetivação) (ii)	(66.428)	-
Atualização	4.113	13.045
Realizações	(62.030)	-
Transferências	110.062	(110.062)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>143.225</u>	<u>77.228</u>

- (i) Reavaliação da Provisão Socioambiental com contrapartida em Imobilizado (Terrenos) e intangível (Licença de Operação), respectivamente notas explicativas nº 10 e 11, conforme prática contábil descrita na sequência;
- (ii) Termo de Compromisso Compensação Ambiental (TCCA): Instrumento por meio do qual foram formalizadas e estabelecidas as condições para o cumprimento, pela Companhia, da compensação ambiental de que trata o artigo 36, da Lei nº 9.985/2000, decorrente do licenciamento ambiental da UHE Santo Antônio.

Prática Contábil:

O IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, concedeu licenças ambientais à Companhia, as quais impõem condicionantes para a construção e operação do empreendimento. Os gastos relacionados às condicionantes foram estimados com base nos custos históricos, pesquisa de mercado e conhecimento técnico (*know-how*).

A Companhia registra a provisão socioambiental de acordo com a Resolução ANEEL nº 674/2015 em consonância com os CPC 27, CPC 04 e a Orientação OCPC 05, que prevê que os valores referentes às condicionantes socioambientais incorporem o custo dos imobilizados (LI-Licença de Instalação) e intangível (LO-Licença de Operação).

Cabe ressaltar que referida Orientação possibilita ainda o ajuste futuro da provisão em contrapartida ao imobilizado e ou intangível, pois há complexidade em estimar gastos futuros com total certeza.

A Companhia, sempre que necessário, reavalia os compromissos assumidos com os diversos órgãos e fornecedores a fim de sempre apresentar a melhor estimativa dos gastos com as Condicionantes Socioambientais.

14 PROVISÕES PARA LITÍGIOS

A Administração da Companhia, com base na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica os processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

- 14.1. Perda provável – a Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada nos seguintes valores:

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Circulante		
Cíveis (i)	-	231.859
Trabalhista	-	1.537
Ambientais	-	146
	-	<u>233.542</u>
Não circulante		
Cíveis (i)	344.939	166.246
Ambientais	7.165	8.931
Trabalhista	<u>3.101</u>	<u>164</u>
	<u>355.205</u>	<u>175.341</u>
	<u><u>355.205</u></u>	<u><u>408.883</u></u>

(i) Cíveis

Trata-se, majoritariamente, de:

- ACP Joana D'Arc

Ação civil pública movida com o objetivo de reconhecer supostos impactos da implantação e operação da UHE Santo Antônio sobre os Projetos de Assentamento Joana D'Arc I, II e III, exigindo o pagamento de indenização e o remanejamento das famílias afetadas pela Controlada. Foi proferida sentença desfavorável, mantida pelo TJRO, condenando a SAESA ao pagamento de danos morais coletivos no valor de R\$ 3.000, além do reassentamento, indenização, auxílio financeiro e fornecimento de assistência. A Companhia apresentou recurso especial, que aguarda julgamento pelo STJ. Ressalta-se que, em razão de dois acordos celebrados com o MPRO, que implicaram na negociação de 686 lotes (82% da totalidade dos lotes envolvidos na demanda), remanescem aproximadamente 152 lotes no processo, que podem se beneficiar da condenação. Provisão estimada em R\$ 120.000.

- Pesca

São reclamações por prejuízos decorrentes de suposta redução da quantidade de peixes no Rio Madeira em razão da construção das Usinas Santo Antônio e Jirau e, conseqüentemente, queda em suas produções pesqueiras e de suas rendas. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui 22 ações desse grupo com prognóstico de perda provável, totalizando R\$ 211.214, sendo que, em razão da solidariedade, R\$ 113.674 para a Companhia e R\$ 97.540 para Jirau.

- Desapropriação direta

Trata-se de mecanismo processual criado para aquisição forçada de bens móveis ou imóveis para destinação a atividade de interesse público outorgado a Concessionários por meio do Decreto-Lei nº 3.365/41 e Lei nº 8.987/94 e respectivo contrato de concessão. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui 29 ações desse grupo com prognóstico de perda provável totalizando R\$ 52.457.

- Desbarrancamento

Reclamações relacionadas com possíveis impactos da implantação e operação da UHE Santo Antônio e reflexos da operação do empreendimento que teria interferido no comportamento do rio Madeira e provocado o desbarrancamento de imóveis localizados às margens do rio Madeira. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui 42 ações desse grupo com prognóstico de perda provável, totalizando R\$ 10.443.

- Conversão do Lote de Produção e Área de Reserva Legal

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Trata-se de conversão da obrigação de entregar o lote produção e/ou de ARL em perdas e danos, em razão do suposto descumprimento pela Cia. dos termos de acordo celebrados para remanejamento da comunidade. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui 14 ações desse grupo com prognóstico de perda provável totalizando R\$ 11.651.

Estas provisões tiveram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a seguinte evolução:

Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>408.883</u>
Constituições de provisões (a)	99.425
Reversões de provisões	(52.297)
Liquidações (b)	(100.004)
Atualizações / Reversões de atualizações monetárias	<u>(802)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u><u>355.205</u></u>

- a) Trata-se majoritariamente de: (i) 11 ações de pesca que tiveram decisões desfavoráveis em segunda instância e, portanto, os prognósticos foram alterados de possível para provável; (ii) ação de desapropriação 7035157-64.2016.8.22.0001; (iii) mudanças de prognóstico para provável em processos de desbarrancamento e desapropriação; e (iv) mudança de prognóstico para provável na ação anulatória nº. 7008327-90.2018.8.22.0001, referente ao Auto de Infração n. 004849 lavrado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental (SEDAM);
- b) Trata-se majoritariamente de: (i) pagamentos de acordos judiciais celebrados em ações de desapropriação; (ii) pagamentos realizados em condenações; e (iii) processos com homologação judicial realizada em 2024.

Estas provisões tiveram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a seguinte evolução:

Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>202.782</u>
Constituições de provisões	226.557
Reversões de provisões	(39.558)
Liquidações	(13.647)
Atualizações / Reversões de atualizações monetárias	<u>32.749</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u><u>408.883</u></u>

- 14.2. Perda possível - são processos em que a possibilidade de perda é maior que remota. Em 31 de dezembro de 2024, existem processos judiciais cujo valor em discussão totaliza o montante de R\$ 4.112.499 (R\$ 3.488.694 em

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

dezembro de 2023), os quais são periodicamente reavaliados e ao menos na data das demonstrações financeiras, pelos assessores jurídicos externos e pela Administração da Companhia, não requerendo a constituição de provisão.

Composição:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Cíveis (i)	3.084.170	2.431.953
Tributárias (ii)	992.780	1.021.088
Ambientais (iii)	32.939	33.539
Trabalhista (iv)	<u>2.610</u>	<u>2.114</u>
	<u>4.112.499</u>	<u>3.488.694</u>

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível destacam-se as seguintes:

(i) Cíveis

As ações judiciais de natureza cível referem-se, em sua maioria, (i) à indenização por suposta redução da quantidade de peixes no rio Madeira em razão da construção das Usinas Hidrelétricas Santo Antônio e Jirau, (ii) a indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pela implantação ou operação da Hidrelétrica Santo Antônio ou que pretendem majorar e/ou receber indenizações por conta das desapropriações realizadas.

- Pesca

São reclamações por prejuízos decorrentes de suposta redução da quantidade de peixes no Rio Madeira em razão da construção das Usinas Santo Antônio e Jirau e, conseqüentemente, queda em suas produções pesqueiras e de suas rendas. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui ações de pesca com prognóstico de perda possível que totalizam R\$ 4.366.613, sendo que, em razão da solidariedade, R\$ 2.433.608 para a Companhia e R\$ 1.933.005 para Jirau.

- Desapropriação direta

Trata-se de mecanismo processual criado para aquisição forçada de bens móveis ou imóveis para destinação a atividade de interesse público outorgado a Concessionários por meio do Decreto-Lei nº 3.365/41 e Lei nº 8.987/94 e respectivo contrato de concessão. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui ações relacionadas às desapropriações diretas com prognóstico de perda possível que totalizam R\$ 23.956.

- Desbarrancamento

Reclamações relacionadas com possíveis impactos da implantação e operação da UHE Santo Antônio e reflexos da operação do empreendimento que teria interferido no comportamento do rio Madeira e provocado o desbarrancamento de imóveis localizados às margens do rio Madeira. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui ações relacionadas a desbarrancamento com prognóstico de perda possível, que totalizam R\$ 241.805.

(ii) Tributárias

Processos administrativos ou judiciais para discussão de (i) não homologação de pedidos de compensação formalizados perante a Delegacia Especial da Receita Federal; (ii) não homologação de compensação de IRRF; (iii)

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

defesa em autos de infração e demandas judiciais questionando o recolhimento de ISSQN; (iv) multas relativas ao cumprimento de obrigações acessórias relacionadas ao PIS e a COFINS; (v) defesa em notificação recebida da SEFIN-RO para o recolhimento das diferenças de ICMS relativas ao Diferencial de Alíquota das operações de entradas interestaduais de mercadorias eventualmente realizadas, ambos na vigência do Termo de Acordo de Regime Especial nº 058/2014.

- ICMS-Diferencial de Alíquotas

Trata-se de cobranças pelo Estado de Rondônia da parcela do ICMS diferencial de alíquotas referente às operações interestaduais praticadas pela Santo Antônio Energia em relação às mercadorias empregadas na construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e a bens destinados a seu imobilizado. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui processos administrativos discutindo estas cobranças no valor de R\$ 716.562.

(iii) Ambientais

Autos de infração referentes a questões ambientais ocorridas na implantação ou operação da Hidrelétrica Santo Antônio.

(iv) Trabalhista

Diversas ações, nas quais a Companhia responde, em sua maioria, subsidiariamente, em que questionam, entre outros, verbas trabalhistas, tais como, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade.

14.3. Litígios por solidariedade

Os litígios por solidariedade referem-se a pleitos formulados nas demandas judiciais em que a Companhia é parte e cuja liquidação espera-se que seja custeada também pelas demais partes que ocupam o polo passivo do processo.

Em 31 de dezembro de 2024, os litígios por solidariedade com natureza cível, estimados para a outra parte solidária, totalizam R\$2.030.545. Esses litígios envolvem demandas cíveis relacionadas a duas questões principais de (i) indenizações buscadas por pessoas impactadas pela implantação ou operação do Complexo Hidrelétrico do rio Madeira e (ii) demandas ajuizadas pleiteando o cumprimento de obrigações relativas ao licenciamento ambiental das empresas do Complexo Hidrelétrico do rio.

	<u>31/12/2024</u>		
	<u>Possível</u>	<u>Provável</u>	<u>Total</u>
Cível	<u>1.933.005</u>	<u>97.540</u>	<u>2.030.545</u>

	<u>31/12/2023</u>		
	<u>Possível</u>	<u>Provável</u>	<u>Total</u>
Cível	<u>1.386.567</u>	<u>22.832</u>	<u>1.409.399</u>

14.4. Ativo Contingente- Ação nº 1012415-85.2018.4.01.3400/DF – Excludente de Responsabilidade

Durante a construção da UHE Santo Antônio, greves e manifestações comprometeram o ritmo das obras. Esses eventos foram reconhecidos pelo Judiciário como atos ilícitos em demandas na Justiça do Trabalho.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Devido a greves ocorridas durante sua construção, a obra da UHE Santo Antônio sofreu um atraso significativo de 107 dias, impossibilitando o cumprimento integral dos compromissos contratuais. Diante disso, a Companhia solicitou à ANEEL a qualificação desses eventos como caso fortuito e/ou de força maior. Essa qualificação visou eximir a responsabilidade pelo atraso no cronograma de obras da usina, incluindo as consequências relacionadas ao cumprimento de contratos de venda de energia, aplicação de penalidades e recolhimento de encargos.

A Companhia estima o reconhecimento judicial de 56 (cinquenta e seis) dias como excludente de responsabilidade, considerando o volume total de energia verificado no período postergado, compreendido entre dezembro de 2012 a agosto de 2015, correspondente a 2.087 GWh, que não estaria abrangido pela Lei nº 13.360/2016, por ser anterior a sua promulgação.

Em face de todo o exposto, considerando as decisões exaradas, o escritório que patrocina a causa classifica como remotas as chances de reversão do entendimento adotado e, conseqüentemente, como provável as chances de êxito da ação. Contudo, em atendimento às normas contábeis vigentes, o referido processo não atingiu as condições necessárias ao registro do ativo, sendo divulgado apenas em nota explicativa.

Prática Contábil:

As provisões para litígios judiciais são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou não formalizadas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. Nesse caso, tal litígio ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos seriam mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais (jurisprudência).

Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Um ativo contingente é divulgado por meio de nota explicativa, quando, de acordo com a classificação dos assessores jurídicos externos, for provável a entrada de benefícios econômicos e apenas reconhecido quando trânsito em julgado e o direito de receber caixa se torna irreversível.

15

OUTROS PASSIVOS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Circulante		
Credores Diversos	36.100	25.092
Obrigações socioambientais (i)	<u>31.431</u>	<u>22.468</u>
	67.531	47.560
Não Circulante		
<i>Waiver fee</i> (ii)	101.503	90.406
Obrigações socioambientais (i)	43.531	43.960
Benefício pós-emprego (iii)	2.436	2.435
Credores Diversos	<u>305</u>	<u>901</u>
	<u>147.775</u>	<u>137.702</u>
	<u><u>215.306</u></u>	<u><u>185.262</u></u>

- (i) Termo de Compromisso Compensação Ambiental (TCCA): Instrumento por meio do qual foram formalizadas e estabelecidas as condições para o cumprimento, pela Companhia, da compensação ambiental de que trata o artigo 36, da Lei nº 9.985/2000, decorrente do licenciamento ambiental da UHE Santo Antônio;

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) *Waiver fee* devido à 1ª Emissão de debêntures da SAESA, cujo único debenturista é o FI-FGTS, como condição autorizativa à renegociação (reperfilamento) dos empréstimos ocorrida em dez/2018;
- (iii) A Companhia oferece aos seus atuais e futuros aposentados e aos seus dependentes o benefício de assistência à saúde pós emprego. O direito a esse benefício é condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço, ou à sua invalidez enquanto funcionário ativo. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes, no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

16 DIVIDENDOS A PAGAR

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Dividendos do exercício de 2024	149.096	-
	<u>149.096</u>	<u>-</u>

Prática Contábil:

Pelas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apurou Lucro Líquido de R\$ 780.483 e, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o seu Estatuto Social, a Companhia pretende declarar e pagar dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em cada exercício social, no montante de 25% do seu lucro líquido, após dedução de 5% de reserva legal.

Em função de restrições previstas no contrato de financiamento do FNO e na escritura de debêntures da 1ª emissão nos quais a Companhia figura como devedora e nas escrituras de debêntures de sua emissão, a Companhia somente poderá distribuir os dividendos mínimos obrigatórios, após a conclusão física e financeira do projeto. Igualmente, somente poderá distribuir dividendos e/ou juros sobre capital próprio acima do mínimo obrigatório após a expressa autorização do Banco da Amazônia e da aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas ou após a liquidação total do financiamento e debêntures.

17 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1. Capital Social Integralizado

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 15.716.969 dividido em 1.801.134.793.836 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, cuja titularidade integral da Madeira Energia S.A - MESA (Controladora). Em 31 de dezembro de 2023 o capital social era de R\$ 24.794.234 dividido em 1.801.134.793.836 ações.

17.2. Reservas de lucros

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2024</u>
Legal (i)	31.389
Incentivos fiscais (ii)	<u>152.712</u>
	<u><u>184.101</u></u>

(i) Reserva Legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com a Lei 6.404/1976.

(ii) Reserva de incentivo fiscal (SUDAM)

A Reserva de Incentivos Fiscais foi criada pela Lei nº 11.638/2007. Por meio desta última, foi retirada da Lei nº 6.404/1976 a alínea “d” do § 1º Art. 182, que permitia a contabilização de doações e subvenções para investimento como reserva de capital, e incluído o artigo 195-A que possibilita à Assembleia Geral, por proposta dos órgãos da administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, a qual poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

17.3. Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária.

A seguir a distribuição dos resultados, imputados aos dividendos mínimos, nos termos da legislação aplicável, a ser deliberada em Assembleia Geral Ordinária:

	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	780.483
Constituição da reserva de incentivos fiscais	(152.712)
Constituição da reserva legal	<u>(31.389)</u>
Lucro líquido ajustado - base de cálculo da remuneração	<u>596.382</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (nº 16)	<u><u>149.095</u></u>

17.4. Dividendos adicionais propostos

A parcela que exceder ao previsto legal ou estatutariamente deve ser mantida no patrimônio líquido, em conta específica, do tipo “dividendo adicional proposto”, até a deliberação definitiva que vier a ser tomada pelos sócios.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	780.483
Reserva legal	(184.101)
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>(149.095)</u>
Dividendos adicionais propostos	<u>447.287</u>

Prática Contábil:

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

18 RESULTADO POR AÇÃO

A tabela a seguir estabelece o cálculo do resultado por lote de mil ações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (em milhares, exceto valor por lote de mil ações, apresentado em reais):

	<u>Exercícios findos em 31 de dezembro</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Resultado do exercício	780.483	1.665.874
Média ponderada do número de ações ordinárias	1.801.134.793.836	1.801.134.793.836
Resultado básico e diluído por lote de mil ações ordinárias (em reais)	<u>0,43</u>	<u>0,92</u>

Prática Contábil:

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação.

A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação.

19 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita com energia elétrica é reconhecida no resultado mensalmente, de acordo com a entrega dos volumes de energia previstos nos contratos de fornecimento e suprimento de energia. Uma receita não é reconhecida se há incerteza de sua realização.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2024	2023
Fornecimento de energia à indústria (i)	276.862	327.384
Suprimento de energia elétrica (ii)	4.826.900	4.560.299
Energia de curto prazo (iii)	300.399	36.297
	5.404.161	4.923.980
(-) Deduções da receita		
P & D	(46.775)	(42.606)
ICMS	(42.498)	(32.748)
PIS e COFINS	(495.954)	(452.439)
Encargos setoriais	(120.926)	(102.674)
	(706.153)	(630.467)
Receita operacional líquida	4.698.008	4.293.513

- (i) Vendas destinadas a consumidores finais;
(ii) Vendas destinadas a revendedores de energia;
(iii) Energia liquidada no âmbito da CCEE.

Após a incorporação da controladora indireta Furnas e visando uma melhor apresentação das demonstrações financeiras, de forma consistente com as demais empresas do Grupo Eletrobras, a Companhia reclassificou a taxa de fiscalização ANEEL e compensação financeira de utilização dos recursos hídricos para a linha de dedução da receita líquida, no valor de R\$ 69.735. Esse valor foi divulgado no exercício de 2023 no grupo de custos operacionais, que apresentava valor de R\$ 2.812.257 e agora, com a reapresentação, está com valor de R\$ 2.742.522. A receita líquida apresentava montante de R\$ 4.363.248 no exercício de 2023 antes da reclassificação.

Prática Contábil:

A receita com energia elétrica é reconhecida no resultado mensalmente de acordo com a entrega dos volumes de energia previstos nos contratos de fornecimento e suprimento de energia.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

20. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**20.1 Custos operacionais**

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Exercícios findos em 31 de dezembro					
	2024			2023		
	Custos dos serviços			Custos dos serviços		
Com energia elétrica	De operação	Total	Com energia elétrica	De operação	Total	
Energia comprada para revenda (i)	(1.272.889)	-	(1.272.889)	(970.264)	-	(970.264)
Encargos de uso e conexão (ii)	(875.648)	-	(875.648)	(851.322)	-	(851.322)
Créditos de Pis e Cofins	198.745	10.193	208.938	169.430	10.885	180.315
Pessoal	-	(77.544)	(77.544)	-	(77.848)	(77.848)
Material	-	(19.141)	(19.141)	-	(31.769)	(31.769)
Serviços de terceiros	-	(115.839)	(115.839)	-	(143.735)	(143.735)
Depreciação e amortização	-	(808.211)	(808.211)	-	(796.688)	(796.688)
Outros	-	(40.218)	(40.218)	-	(27.227)	(27.227)
	(1.949.792)	(1.050.760)	(3.000.552)	(1.652.156)	(1.066.382)	(2.718.538)

- (i) Compras de energia em atendimento à estratégia comercial da Companhia, a fim de mitigar a exposição energética e financeira decorrente do risco hidrológico (GSF). Estas operações são realizadas com fornecedores bilaterais e por meio do ambiente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O ano de 2024 foi impactado pelo aumento do PLD no segundo semestre, quando comparado ao mesmo período de 2023: R\$ 201/MWh (2º semestre 24) vs. R\$ 75/MWh (2º semestre 23). Além disso, houve uma piora no *GSF*, que passou de 80% para 75%, devido a uma hidrologia desfavorável.

- (ii) Encargo de uso da rede elétrica é uma obrigação decorrente do contrato firmado com o ONS (Operador Nacional do Sistema) e concessionárias de transmissão para prestação do serviço de transmissão de energia. Os valores são calculados em função da tarifa de uso de transmissão da rede básica e do montante do uso do sistema de transmissão contratado pela UHE Santo Antônio Energia.

20.2 Despesas gerais e administrativas

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2024	2023
Materiais e serviços	(32.272)	(67.185)
Litígios	(66.164)	(28.104)
Pessoal e administradores da entidade	(81.989)	(35.978)
Associações em geral	(2.884)	(2.740)
Amortização e depreciação	(1.750)	(794)
Seguros	(2)	(454)
Aluguéis e arrendamentos	(669)	(711)
Tributos	(562)	(124)
Outras	3.486	(210)
	(182.806)	(136.300)

21 RESULTADO FINANCEIRO

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2024	2023
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	128.061	72.391
Outras receitas financeiras	3.943	2.896
Variações monetárias moeda nacional	847	2.904
Variações monetárias (Uso do bem público)	556	902
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(6.301)	(4.894)
	<u>127.106</u>	<u>74.199</u>
Despesas financeiras		
Juros de dívidas	(665.997)	(2.074.964)
Variações monetárias (Uso do bem público)	(37.327)	(37.688)
Variações monetárias moeda nacional	(21.965)	(52.697)
Outras despesas financeiras	(6.432)	(139.303)
	<u>(731.721)</u>	<u>(2.304.652)</u>
	<u><u>(604.615)</u></u>	<u><u>(2.230.453)</u></u>

Prática Contábil:

No resultado financeiro são registrados, principalmente, os encargos das dívidas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, os juros dos passivos de arrendamentos, e os ganhos e perdas referentes às aplicações financeiras.

22 PARTES RELACIONADAS

Patrimonial	Controlada						
	31/12/2024				31/12/2023		
	Acionista da companhia	Acionista da controladora	Outras partes relacionadas	Empresas Eletrobras	Acionista da controladora	Outras partes relacionadas	Empresas Eletrobras
Ativos							
Clientes	-	-	6.154	20.726	-	4.647	13.657
Outros ativos	4.444	-	-	-	-	-	-
Total Ativo	<u>4.444</u>	<u>-</u>	<u>6.154</u>	<u>20.726</u>	<u>-</u>	<u>4.647</u>	<u>13.657</u>
Passivos							
Suprimento de energia elétrica	-	10.491	-	5.239	10.112	-	5.050
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	-	31.970	7.964	-	27.144
Outros passivos	-	21.738	-	-	-	-	-
Total Passivo	<u>-</u>	<u>32.229</u>	<u>-</u>	<u>37.209</u>	<u>18.076</u>	<u>-</u>	<u>32.194</u>

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controlada					
	Exercícios findos em 31 de dezembro					
	2024			2023		
Resultado	Acionista da controladora	Outras partes relacionadas	Empresas Eletrobras	Acionista da controladora	Outras partes relacionadas	Empresas Eletrobras
Receita com venda de energia	-	67.781	93.480	-	55.111	109.171
Compra de energia elétrica	(108.615)	-	(54.241)	(103.531)	-	(51.703)
Encargo de uso da rede elétrica	-	-	(307.669)	(92.073)	-	(299.126)
Serviços de terceiros	-	-	-	-	-	(68)
Outros custos e despesas	(58.065)	-	-	-	-	-
	<u>(166.680)</u>	<u>67.781</u>	<u>(268.430)</u>	<u>(195.604)</u>	<u>55.111</u>	<u>(241.726)</u>

Prática Contábil:

De acordo com sua governança, a Companhia pode realizar transações com partes relacionadas para aproveitar sinergias e alcançar eficiência operacional, melhorando, assim, seu resultado conjuntamente considerado, sendo realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, com prévia aprovação do Conselho de Administração, nas condições definidas na Política de Transações com Partes Relacionadas.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os gastos com o pessoal chave da Administração, compostos pela Diretoria Estatutária, Conselho Fiscal e Conselho de Administração, contemplam os salários e pró-labores, benefícios diretos e indiretos e seus respectivos encargos, seus efeitos nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são demonstrados na tabela abaixo:

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2024	2023
Remuneração fixa (i)	1.788	4.818
Remuneração variável da diretoria estatutária	560	2.449
Benefícios diretos e indiretos	178	176
Total	<u>2.526</u>	<u>7.443</u>

- (i) A remuneração é composta por salários, pró-labores e seus respectivos encargos.

23 COMPROMISSOS CONTRATUAIS

A Companhia possui compromissos contratuais relacionados a contratos de compras e venda de energia, firmados em condições de mercado, cujos registros no resultado ocorrerão em suas competências futuras, ao longo dos prazos dos contratos. Apresentamos a seguir, os valores nominais desses contratos atualizados para a data base de 31 de dezembro de 2024.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	2025	2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total
Venda de energia	5.127.041	5.155.825	5.071.871	3.133.847	3.125.285	37.379.659	58.993.528
Compra de energia	795.817	786.454	675.977	267.304	263.145	2.249.823	5.038.520

Prática Contábil:

A Companhia possui compromissos contratuais relacionados a contratos de compras e venda de energia, firmados em condições de mercado, cujos registros no resultado ocorrerão em suas competências futuras, ao longo dos prazos dos contratos.

24 EVENTOS SUBSEQUENTES**a) Dissolução do acionista SAAG Investimentos S.A**

Em 22 de janeiro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária da SAAG Investimentos S.A, foi aprovada sua dissolução e partilha antecipada de ativos, passando a Andrade Gutierrez Participações e Eletrobras a deterem, respectivamente, de forma direta, 0,114% e 99,7364% do capital social da MESA (controladora).

b) Reafirmação dos Ratings das debêntures

Em 28 de janeiro de 2025, a agência de classificação de risco *Fitch* reafirmou o *Rating* Nacional de Longo Prazo em 'AAA (bra)' da 1ª Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 02 (duas) Séries, da Espécie com Garantia Real e com Garantias Adicionais da Companhia (1ª Emissão).

c) Amortização extraordinária dos juros das debêntures "Cash Sweep"

Em 17 de fevereiro de 2025, em atendimento às condições do contrato de cessão fiduciária, a Companhia realizou a amortização extraordinária (*cash sweep*) das debêntures, no valor de R\$ 719.321.

* * *

Certificate Of Completion

Envelope Id: A1AC9D75-40DE-46E2-9798-81C0E137FDF8

Status: Completed

Subject: Docusign: SAESA_DEZ24

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Source Envelope:

Document Pages: 67

Signatures: 1

Envelope Originator:

Certificate Pages: 8

Initials: 0

Desiree Bitencourt

AutoNav: Enabled

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Envelopeld Stamping: Enabled

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

São Paulo, São Paulo 04538-132

desiree.bitencourt@pwc.com

IP Address: 134.238.159.50

Record Tracking

Status: Original

13 March 2025 | 21:34

Holder: Desiree Bitencourt

desiree.bitencourt@pwc.com

Location: DocuSign

Status: Original

13 March 2025 | 21:47

Holder: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Location: DocuSign

@pwc.com

Signer Events

Adriano Formosinho Correia

adriano.correia@pwc.com

Sócio

Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP Smart Card

Signature Issuer: AC SERASA RFB v5

Electronic Record and Signature Disclosure:

Accepted: 25 February 2022 | 21:45

ID: 4a676164-8029-488e-ba04-8e55a616033c

Company Name: PwC

Signature

DocuSigned by:

99D108451FA5438...

Signature Adoption: Pre-selected Style

Using IP Address: 201.56.5.228

Timestamp

Sent: 13 March 2025 | 21:36

Viewed: 13 March 2025 | 21:43

Signed: 13 March 2025 | 21:47

In Person Signer Events

Signature

Timestamp

Editor Delivery Events

Status

Timestamp

Agent Delivery Events

Status

Timestamp

Intermediary Delivery Events

Status

Timestamp

Certified Delivery Events

Status

Timestamp

Carbon Copy Events

Status

Timestamp

Desiree Bitencourt

desiree.bitencourt@pwc.com

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None)

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via Docusign

COPIED

Sent: 13 March 2025 | 21:47

Viewed: 13 March 2025 | 21:47

Signed: 13 March 2025 | 21:47

Witness Events

Signature

Timestamp

Notary Events	Signature	Timestamp
----------------------	------------------	------------------

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
--------------------------------	---------------	-------------------

Envelope Sent	Hashed/Encrypted	13 March 2025 21:36
Envelope Updated	Security Checked	13 March 2025 21:43
Certified Delivered	Security Checked	13 March 2025 21:43
Signing Complete	Security Checked	13 March 2025 21:47
Completed	Security Checked	13 March 2025 21:47

Payment Events	Status	Timestamps
-----------------------	---------------	-------------------

Electronic Record and Signature Disclosure

CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA

Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura

Periodicamente, a PwC poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão “Eu concordo” na parte inferior deste documento.

Obtenção de cópias impressas

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R\$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

Revogação de seu consentimento

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

Consequências da revogação de consentimento

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário “Revogação de Consentimento” da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento. Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

Como contatar a PwC:

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para: fiche.alessandra@pwc.com

Para informar seu novo endereço de e-mail a PwC:

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail. We do not require any other information from you to change your email address.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

Para solicitar cópias impressas a PwC:

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

Para revogar o seu consentimento perante a PwC:

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:

(i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou

(ii) enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levarão um tempo maior para serem processadas. We do not need any other information from you to withdraw consent. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process.

Hardware e software necessários:**

(i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®; Mac OS®

(ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); Safari™ 3.0 ou superior (Mac apenas)

(iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido para visualizar e imprimir arquivos em PDF.

(iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600

(v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cookies por sessão

** Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos clicando sobre o botão “Eu concordo” abaixo.

Ao selecionar o campo “Eu concordo”, eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e

(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimi-la para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a PwC conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por PwC durante o curso do meu relacionamento com você.

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, PwC (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format,

and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact PwC:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

To advise PwC of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from PwC

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with PwC

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify PwC as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by PwC during the course of your relationship with PwC.